

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 37/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50500.008397/2026-62

2. Descrição da necessidade

O transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros no Brasil constitui atividade essencial à mobilidade da população e à integração nacional, sendo regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conforme Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. Trata-se do principal meio de transporte coletivo de longa distância no país, com demanda expressiva e elevada complexidade operacional, o que exige atuação técnica especializada para assegurar a eficiência, a segurança e a qualidade da prestação dos serviços.

Conforme dados do Anuário Estatístico TRIIP 2024, o setor apresentou números significativos no último exercício. Foram registradas 9.812 habilitações de empresas, mais de 33 mil veículos cadastrados, mais de 100 milhões de passageiros transportados. Ainda, foram identificadas mais de 2 mil linhas do Transporte Regular Rodoviário em operação, com a realização de mais de 1,6 milhão de viagens ao longo do ano. No segmento de fretamento, foram emitidas mais de 394 mil licenças em 2024. A elevada quantidade de habilitações, veículos, linhas, viagens e licenças evidencia a complexidade e o volume das atividades regulatórias envolvidas.

2.1 Situação das atuais atividades da Supas e tendências

A Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS) desempenha atividades centrais relacionadas à elaboração, implementação e aperfeiçoamento do arcabouço regulatório aplicável ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, bem como à gestão das autorizações de serviços, monitoramento da operação, análise concorrencial, processamento de dados setoriais e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao setor.

Nos últimos anos, observou-se significativa ampliação da complexidade técnica, jurídica e operacional das atividades da Superintendência, especialmente em decorrência do aprimoramento do marco regulatório do transporte rodoviário interestadual de passageiros. Destaca-se, nesse contexto, a publicação da Resolução ANTT nº 6.033/2023, que regulamenta a prestação do serviço regular sob o regime de autorização e estabelece um novo modelo regulatório para o setor, com forte ênfase em mecanismos concorrenciais, transparência de dados e indicadores estruturados para entrada e permanência de operadores no mercado.

Entretanto, a operacionalização plena desse novo marco regulatório foi diretamente impactada pelos sucessivos cortes orçamentários enfrentados pela ANTT nos últimos exercícios, os quais resultaram em significativa redução da força de trabalho disponível na SUPAS, tanto em 2024 quanto em 2025.

No exercício de 2024, conforme registrado na NOTA TÉCNICA SEI nº 5616/2024/GEOPE/SUPAS/DIR /ANTT (SEI nº 24818760):

"Vale registrar ainda que, em decorrência de cortes no orçamento consignado à ANTT para o ano de 2024, de modo a evitar desequilíbrio nas contas e realização de dívidas futuras, a Supas

precisou, mesmo em um momento crucial como o período de transição do novo marco do TRIP, cortar 21 (vinte e um) colaboradores de um total de 52 (cinquenta e dois), o que representa um **decréscimo de mais de 40% dos colaboradores**. Isso impactou diretamente na capacidade de análise e, consequentemente, na **elaboração das respostas às demandas em geral**.

Esse impacto também pode **comprometer a qualidade geral da implementação do novo marco regulatório**, uma vez que a Supas tem enfrentado a **perda contínua de profissionais qualificados**, que **desempenharam um papel crucial na estruturação do marco regulatório**, resultando na **perda de conhecimento técnico especializado**. Ressalte-se que, atualmente, aproximadamente **46% da mão-de-obra da Superintendência é composta por colaboradores terceirizados**." (destaques acrescentados)

Em complemento, a NOTA TÉCNICA SEI Nº 6274/2025/GEEST/SUPAS/DIR/ANTT (SEI nº 33152496) registra agravamento adicional da situação no exercício de 2025:

“No exercício de 2025, o quadro tornou-se ainda mais grave. Em janeiro, a Supas contava com 40 colaboradores; em agosto de 2025, após novos cortes orçamentários, esse número caiu para 19, o que equivale a uma perda de 52% apenas no período de oito meses. Esse patamar de perda coloca em **risco a continuidade das atividades regulatórias da Superintendência**, podendo, em última instância, **comprometer a própria capacidade da Agência de implementar o novo marco regulatório dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos pela legislação**.

[...]” (destaques acrescentados)

Além dos impactos já observados na fase de transição do Novo Marco, a restrição da força de trabalho também comprometeu a execução de atividades estruturantes necessárias à implementação das demais etapas previstas no novo marco regulatório. Nesse sentido, a NOTA TÉCNICA SEI nº 11869 /2025/CTRIP/GEOPE/SUPAS/DIR/ANTT (SEI nº 37523129) registra que:

[...]

6.2. A coincidência temporal entre o período de paralisação judicial e o momento de maior restrição orçamentária da Agência impactou diretamente a capacidade institucional de avançar na consolidação das bases de dados, na depuração das informações já recebidas e no desenvolvimento dos sistemas estruturantes necessários à plena execução das etapas previstas na Resolução ANTT nº 6.033/2023.

6.3. Como consequência, sistemas estruturantes indispensáveis ao processamento coletivo das janelas de abertura regulatórias, especialmente aqueles voltados à consolidação de bases de dados operacionais, ao cálculo de indicadores de viabilidade econômica, nível concorrencial e limites de participação de mercado, tiveram sua entrega postergada, sofreram descontinuidade ou não puderam ser plenamente implementados no cronograma originalmente previsto.”

Essas limitações operacionais tornam-se ainda mais críticas diante do conjunto de atividades adicionais que deverão ser executadas pela SUPAS no curto e médio prazo.

Entre essas atividades destacam-se:

Projetos	Descrição
Desenvolvimento do BPE	Acordo de Cooperação Técnica para compartilhar informações dos Bilhetes de Passagem Eletrônicos (BPE) emitidos por empresas de transportes

	rodoviários interestadual e internacional de passageiros. O objetivo é assegurar o cumprimento das normas regulatórias.
Evolução do SIGMA	O projeto tem como objetivo modernizar a gestão e o monitoramento do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Isso permitirá maior transparência, automação de processos e facilidade no gerenciamento das linhas, itinerários e horários. O sistema garante mais eficiência na fiscalização e melhora na comunicação entre as transportadoras e a ANTT, contribuindo para um transporte mais organizado e acessível.
Plano Anual de Fiscalização	O Plano Anual de Fiscalização Econômico-Financeira (PAF) é um instrumento estratégico que define as diretrizes, prioridades e ações para a fiscalização econômico-financeira das empresas reguladas pela agência. O principal objetivo do PAF é garantir que permissionárias e autorizatárias cumpram suas obrigações contratuais e regulatórias, assegurando transparência, equilíbrio econômico-financeiro e eficiência na prestação dos serviços.
Marco Regulatório - Internacional de Passageiros	O Marco Regulatório do Transporte Internacional de Passageiros da ANTT moderniza as regras para a operação de serviços rodoviários entre o Brasil e países vizinhos. O objetivo é garantir maior eficiência, segurança e competitividade no setor, além de alinhar a regulamentação brasileira aos acordos internacionais.
Passa Conhecimento - 2025	O projeto "Passa Conhecimento" é uma iniciativa da Superintendência voltada para a capacitação e disseminação de conhecimento no setor de transporte interestadual e internacional de passageiros.
Janelas de abertura	A Resolução nº 6.033/2023 instituiu o mecanismo das janelas de abertura, consistente em períodos

	<p>específicos nos quais as empresas podem pleitear a autorização para operar novos mercados de transporte rodoviário interestadual de passageiros.</p> <p>Essas janelas possuem periodicidade anual e subdividem-se em duas categorias: ordinárias e extraordinárias. As janelas ordinárias ocorrem uma vez por ano, após o cálculo dos indicadores dos mercados e a respectiva divulgação dos resultados. As janelas extraordinárias, por sua vez, são realizadas no prazo de até 90 dias após a conclusão da janela ordinária e têm por finalidade, em síntese, oportunizar nova rodada de ingresso de operadores nos mercados.</p> <p>Excepcionalmente, a norma previu, após a etapa de migração das antigas autorizações para o novo modelo regulatório, a abertura de uma primeira janela extraordinária, dotada de características próprias, destinada a viabilizar o ingresso de operadores em mercados não atendidos ou atendidos por apenas uma transportadora.</p> <p>Atualmente, encontra-se em curso a 1ª Janela Extraordinária.</p>
Reconfiguração do Site de Passageiros	A SUPAS está conduzindo um projeto de reformulação do site de passageiros da ANTT com o objetivo de tornar as informações mais acessíveis, intuitivas e organizadas para diferentes públicos: usuários do transporte, empresas e colaboradores da agência.
Resolução TRIP - Penalidades	A Resolução define as infrações, sanções e medidas administrativas aplicáveis ao serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros (TRIP), sob o regime de autorização, em substituição da Resolução nº 233/2003 e 3.075/2009.
Migração do Monitriip para a plataforma TIBCO	O MONITRIIP (Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros) é o sistema da ANTT criado para registrar e acompanhar em tempo real dados operacionais como localização de veículos, venda de passagens e pontos de parada.
Anuário Estatístico	O "Anuário Estatístico" consolida e analisa os principais dados do transporte interestadual e internacional de passageiros, oferecendo uma visão abrangente sobre o setor. O documento apresenta os indicadores estratégicos do setor.

Indicadores de Desempenho	<p>A Resolução nº 6.033/2023 instituiu indicadores destinados à avaliação dos mercados de transporte rodoviário interestadual de passageiros, bem como das respectivas autorizatárias.</p> <p>Os mercados são avaliados por meio do Índice de Eficiência do Mercado (IEM) e do Índice de Classificação dos Mercados (ICM). As autorizatárias, por sua vez, são avaliadas por meio do Índice de Qualidade do Transporte (IQT), calculado a partir do desempenho das linhas por elas exploradas, considerando critérios como cumprimento de viagens, transmissão de bilhetes, pontualidade e generalidade.</p> <p>Além disso, há o IQT das empresas que prestam serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros, instituído pela Portaria Supas nº 7/2024, composto por 7 (sete) indicadores, a saber:</p> <p>I - Indicador de Percepção do Usuário (IPU);</p> <p>II - Indicador de Regularidade em Vistorias (IRV);</p> <p>III - Indicador de Atualidade dos Veículos (IAV);</p> <p>IV - Indicador de Conformidade Regulatória (ICR);</p> <p>V - Indicador de Regularidade Formal (IRG);</p> <p>VI - Indicador de Conformidade Financeira (ICF); e</p> <p>VII - Indicador de Monitoramento (IMT).</p>
Projeto regulatório referente ao transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento	Revisão do marco regulatório do serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento.
Aprimoramento da Metodologia de Classificação de Mercados do Serviço Semiurbano	Definição de metodologia para classificar mercados semiurbanos de transporte rodoviário de passageiros.
ESG Passageiros - Ambiental, Social e Governança no transporte rodoviário interestadual de passageiros	Definição de critérios ESG para avaliação das empresas de transporte rodoviário de passageiros para concessão de Selo ESG Passageiros

Licitação do Serviço Semiurbano - Águas de Lindoia (SP) - Monte Sião (MG)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Barra do Garças (MT) - Aragarças (GO)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Extrema (MG) - Bragança Paulista (SP)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Itumbiara (GO) - Araporã (TO)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Jamapara (RJ) - Além Paraíba (MG)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Petrolina (PE) - Juazeiro (BA)	Estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional para elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.
Licitação do Serviço Semiurbano - Brasília (DF) - Entorno de Goiás	Avaliação dos estudos de demanda, modelagem econômico-financeira e operacional a serem elaborados pela Infra S/A e elaboração dos documentos necessários para a licitação do serviço.

No caso específico das janelas de abertura previstas no novo marco do TRIIP, espera-se significativa ampliação do número de mercados disponíveis para exploração, bem como aumento relevante do número de operadores autorizados a atuar no setor. Esse processo tende a gerar expansão expressiva do universo regulado pela SUPAS, tanto em termos de mercados quanto de empresas e autorizações operacionais.

Levando em consideração todas as previsões de atividades/projetos/contratos, haveria um acréscimo de empresas reguladas/contratos de permissão para gerenciamento no âmbito da SUPAS. Entretanto, em razão da finalização do Contrato nº 049/2021 pela ANTT, entende-se que novo processo licitatório destinado à contratação de outra prestadora apta a dar continuidade à execução dos indicados serviços de apoio constitui a providência mais oportuna e conveniente a ser tomada neste momento.

O novo contrato ora solicitado visa a atender às necessidades de mão de obra especializada no setor de transporte de passageiros para as seguintes atividades:

- Elaboração e aperfeiçoamento de normativos que promovam melhorias regulatórias no setor, assegurando maior eficiência, segurança jurídica, equilíbrio concorrencial e benefícios diretos à população usuária;
- Acompanhamento e desenvolvimento de estudos técnicos destinados à formulação e atualização de planos de outorgas, gestão dos contratos dos serviços de transporte semiurbano, bem como subsidiar e acompanhar processos de delegação e autorização de novos mercados;
- Especificação, acompanhamento e apoio aos sistemas informatizados essenciais à operacionalização dos serviços, tais como sistemas de habilitação de empresas, veículos e motoristas; de gestão de autorizações e modificações operacionais; de mercados disponíveis para processo seletivo; de gestão do serviço semiurbano; e de gestão do serviço internacional de passageiros;
- Desenvolvimento de soluções para controle, consolidação e disponibilização de dados, garantindo a prestação tempestiva e qualificada de informações a órgãos de controle, usuários, gestores internos, parlamentares e demais partes interessadas, além de subsidiar a tomada de decisões estratégicas com base no panorama setorial;
- Implementação, monitoramento e aperfeiçoamento de indicadores de desempenho das empresas autorizadas, com vistas à avaliação contínua da qualidade e da eficiência regulatória;
- Realização de análises técnicas relativas a ações judiciais, proposições legislativas e requerimentos parlamentares que impactam o setor regulado, fornecendo subsídios técnicos consistentes à alta gestão;
- Assessoramento de gestores e chefias da Supas, na padronização de procedimentos, na resolução de demandas técnicas complexas e na racionalização de fluxos processuais;
- Promover o tratamento de dados do setor primando pela integridade, confiabilidade, rastreabilidade e auditabilidade, observando boas práticas de governança de dados e conformidade normativa; e
- Atender demandas de entidades estrangeiras, órgãos governamentais, parlamentares e imprensa, inclusive em articulação com outros setores da Agência, mediante elaboração de informações qualificadas, acordos de cooperação técnica, organização de eventos, capacitações, reuniões técnicas, dentre outros.

Neste sentido, a ausência de provimento adequado de recursos humanos especializados implica risco concreto de comprometimento da eficiência regulatória, da qualidade das análises técnicas, da tempestividade no atendimento das demandas institucionais e, conseqüentemente, da adequada prestação do serviço público à sociedade.

Em síntese, a presente demanda visa assegurar suporte técnico qualificado às atividades de regulação, delegação de serviços, monitoramento, gestão de dados e desenvolvimento tecnológico no âmbito do transporte rodoviário de passageiros, fortalecendo a capacidade institucional da ANTT e promovendo melhorias estruturais no setor regulado, em benefício direto da população usuária.

2.2 Atribuições da SUPAS e suas unidades beneficiadas no planejamento do processo licitatório

A estrutura organizacional da SUPAS, definida pela Resolução ANTT nº 5.977/2022, contempla competências amplas e especializadas relacionadas à regulação, monitoramento, gestão de dados, delegação de serviços, fiscalização econômico-financeira, desenvolvimento e acompanhamento de indicadores e tratamento de informações estratégicas. Tais atribuições exigem corpo técnico qualificado, com conhecimentos multidisciplinares em regulação de transporte, tecnologia da informação, direito regulatório e gestão pública.

A adequada compreensão do papel de gestão exercido pela SUPAS, tanto em relação aos projetos e atividades atualmente em curso quanto àqueles previstos para o futuro, perpassa o entendimento de suas atribuições institucionais, estabelecidas no Regimento Interno da ANTT. Ressalta-se que a

versão mais recente desse normativo foi consolidada por meio da Resolução ANTT nº 5.976, de 7 de abril de 2022. Nesse contexto, destacam-se as competências da SUPAS previstas no art. 29 do referido normativo, conforme segue:

“Art. 29. À Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros compete:

I - propor regulamentação para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

II - monitorar o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, inclusive o comportamento da oferta e da demanda;

III - manter o cadastro dos serviços de transporte rodoviário de passageiros delegados;

IV - analisar solicitações e propor autorizações para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional regular de passageiros;

V - propor a delegação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros mediante a elaboração de estudos, planos de outorgas e termos contratuais;

VI - analisar solicitações, propor autorizações e emitir a licença de viagem para a prestação dos serviços de transporte de passageiros sob o regime de fretamento;

VII - acompanhar o desempenho econômico e financeiro das empresas de transporte rodoviário semiurbano de passageiros, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras dos contratos e aplicando as penalidades cabíveis;

VIII - propor e implementar o reajuste e a revisão das tarifas praticadas na prestação do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;

IX - monitorar os preços praticados pelas empresas prestadoras do serviço de transporte rodoviário regular interestadual e internacional de passageiros em regime de autorização;

X - propor a intervenção no mercado de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, com o objetivo de cessar abuso de direito ou infração contra a ordem econômica;

XI - promover a divulgação dos dados, estudos e informações relevantes sobre o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

XII - representar a ANTT nas questões relativas ao transporte rodoviário internacional de passageiros, apoiando, quando necessário, outras autoridades competentes, nas reuniões com representantes de governos estrangeiros, em especial, do Mercosul;

XIII - conceder o benefício do Passe-Livre para a pessoa com deficiência comprovadamente carente, criado pela Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, e fazer sua gestão, com apoio operacional da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros;

XIV - fiscalizar o pagamento da taxa de fiscalização e demais verbas do serviço de transporte rodoviário de passageiros;

XV - analisar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, no que couber, comunicando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica;

XVI - instaurar e gerir processos administrativos ordinários de apuração de irregularidades relativos aos deveres estabelecidos nos editais de licitação, contratos de permissão e instrumentos de delegação da prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, bem como em decorrência de operações de reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorga;

XVII - instituir comissões de outorga quando constituída exclusivamente por membros da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros; e

XVIII - propor os membros e participar das comissões de outorga, prestando apoio técnico.”

Para a execução dessas atividades, a Supas está organizada em 4 (quatro) áreas: Gabinete, Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros, Gerência Operacional de Transporte de Passageiros e Gerência de Monitoramento de Serviços e Projetos Especiais do Transporte de Passageiros.

Torna-se cabível esclarecer que os serviços que serão prestados na pretensa contratação são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas nessas 4 (quatro) áreas da Supas e a interrupção dos mesmos comprometeria a continuidade das atividades conferidas no disposto da Resolução ANTT 5.977/2022:

(...)

II - Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) propor regulamentações para os serviços de transporte rodoviário de passageiros;*
- b) acompanhar o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, monitorando a evolução da oferta e da demanda;*
- c) propor a intervenção no mercado, quando for o caso, com o objetivo de cessar abuso de direito ou infração contra a ordem econômica;*
- d) acompanhar o desempenho econômico e financeiro das empresas de transporte rodoviário semiurbano de passageiros, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;*
- e) propor e implementar o reajuste e a revisão das tarifas praticadas na prestação do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;*
- f) propor, implementar e acompanhar a delegação de serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros;*
- g) analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas indicando, no que couber, fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica;*
- h) promover a divulgação de estudos e informações relevantes a respeito de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;*
- i) apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à regulação do transporte rodoviário internacional de passageiros, com informações técnicas e participação, quando necessário, nas reuniões com representantes de governos estrangeiros, em especial, do Mercosul;*
- j) apoiar a Superintendência e demais gerências da Superintendência nas questões relativas à regulação do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;*
- k) promover a harmonização de informações de regulação do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros junto às demais unidades organizacionais da ANTT; e*
- l) gerir projetos especiais relativos à regulação do transporte rodoviário internacional de passageiros.*

III - Gerência de Monitoramento de Serviços e Projetos Especiais do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) realizar a gestão dos dados referentes aos serviços de transporte rodoviário de passageiros;*
- b) analisar dados e produzir informações referentes aos serviços de transporte rodoviário de passageiros;*
- c) criar e monitorar os indicadores de desempenho dos serviços de transporte rodoviário de passageiros;*

- d) monitorar os preços praticados pelas empresas prestadoras do serviço regular de transporte rodoviário de passageiros;*
- e) promover a harmonização de informações e a divulgação dos dados relevantes sobre o transporte rodoviário de passageiros;*
- f) apoiar a Superintendência e demais gerências da Superintendência nas questões relativas a dados do setor de transporte rodoviário de passageiros;*
- g) gerir projetos especiais relacionados ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, sistemas internos, automação de processos e modernização da Superintendência;*
- h) assessorar a área de Tecnologia da Informação quanto ao desenvolvimento e atualização dos sistemas de transporte rodoviário de passageiros;*
- i) propor diretrizes para produção, atualização, modernização e disponibilização de informações dos sistemas da Superintendência; e*
- j) mapear as principais atividades da Superintendência visando aprimorar e automatizar os processos.*

IV - Gerência Operacional de Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) manter o cadastro dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros delegados conforme regulamentação ou normas contratuais;*
- b) analisar solicitações e propor autorizações para a prestação dos serviços de transporte regular interestadual e internacional de passageiros;*
- c) analisar solicitações e propor autorizações para a prestação dos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros sob o regime de fretamento;*
- d) diligenciar a arrecadação, o lançamento e as cobranças administrativas do serviço de transporte rodoviário de passageiros, no que couber;*
- e) apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à operação do transporte rodoviário internacional de passageiros, com informações técnicas e participação nas reuniões com representantes de governos estrangeiros, em especial, do Mercosul;*
- f) apoiar no estabelecimento de diretrizes para produção, atualização, modernização e disponibilização de informações dos sistemas da Superintendência; e*
- g) coordenar e gerir os processos relativos a solicitação e emissão da credencial do benefício do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência, comprovadamente carentes, nos termos da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.*

§ 1º Vinculadas à Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros, encontram-se:

I - A Coordenação de Análise Regulatória do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) propor regulamentações para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;*
- b) gerir os projetos da Agenda Regulatória;*
- c) promover a harmonização do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros junto aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, encarregados do gerenciamento dos sistemas viários e das operações de transporte intermunicipal e urbano; e*
- d) analisar proposições legislativas, requerimentos de informação parlamentar, solicitações de informações e subsídios técnicos pertinentes ao transporte rodoviário de passageiros.*

II - A Coordenação de Análise Técnica do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) produzir análises, estudos e informações sobre aspectos técnicos, sociais, econômicos, concorrenciais, tributários, fiscais e outros relacionados ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;*

- b) promover a divulgação de estudos e informações relevantes sobre o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; e*
- c) coordenar estudos e projetos pertinentes ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros que envolvam as competências de mais de uma Coordenação da Gerência.*

III - A Coordenação de Gestão Econômico-Financeira do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) acompanhar o desempenho econômico e financeiro das empresas de transporte rodoviário de passageiros, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;*
- b) propor e implementar o reajuste e a revisão das tarifas praticadas na prestação do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;*
- c) propor regulamentações específicas aplicáveis aos aspectos econômico/financeiros dos instrumentos de outorga do transporte rodoviário de passageiros;*
- d) analisar e avaliar as propostas de ações que impliquem ou possam resultar em reestruturações societárias, transferências de controle acionário, alienações e extinções de outorgas, indicando, no que couber, fatos que configurem ou possam configurar infração à ordem econômica; e*
- e) propor a intervenção no mercado, quando for o caso, com o objetivo de cessar abuso de direito ou infração contra a ordem econômica.*

IV - A Coordenação de Gestão e Outorgas do Transporte Semiurbano de Passageiros, à qual compete:

- a) propor a delegação de serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros mediante a elaboração de estudos, planos de outorgas e termos contratuais;*
- b) acompanhar a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros;*
- c) propor regulamentações específicas aplicáveis aos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional semiurbano de passageiros;*
- d) gerir a execução contratual de permissões e os convênios de delegação vigentes no transporte rodoviário interestadual semiurbano; e*
- e) gerir informações necessárias à apuração da taxa de fiscalização dos veículos utilizados nos serviços semiurbanos delegados.*

§ 2º Vinculadas à Gerência de Monitoramento de Serviços e Projetos Especiais do Transporte de Passageiros, encontram-se:

I - A Coordenação de Gerenciamento de Projetos e Informações do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) propor, assessorar e monitorar a implementação de boas práticas em gerenciamento de projetos;*
- b) divulgar informações operacionais, táticas e estratégicas referentes aos serviços de transporte rodoviário de passageiros, com o apoio das demais unidades da Superintendência;*
- c) elaborar e divulgar relatórios, anuários e informativos sobre os dados relevantes do transporte rodoviário de passageiros, com o apoio das demais unidades da Superintendência;*
- d) gerir projetos relacionados à produção e à divulgação de informações a partir de dados do setor de transporte de passageiros, inclusive em comparação com outros modais; e*
- e) mapear as principais atividades da Superintendência visando aprimorar e modernizar os processos.*

II - A Coordenação de Tratamento de Dados e Monitoramento do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) gerir o recebimento, realizar o tratamento e aprimorar a base de dados referente aos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- b) propor e monitorar os indicadores de desempenho dos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- c) acompanhar as variações de oferta e demanda dos serviços de transporte rodoviário de passageiros, bem como os preços praticados; e
- d) propor diretrizes para produção, atualização, modernização e disponibilização de dados e informações dos sistemas.

III - A Coordenação de Projetos Especiais Tecnológicos do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) subsidiar e apoiar no desenvolvimento e na implementação de ferramentas tecnológicas, sistemas internos e automação de processos;
- b) assessorar a área de Tecnologia da Informação e participar da atualização e modernização dos sistemas de transporte rodoviário de passageiros;
- c) assessorar no planejamento e na execução de demandas corretivas e evolutivas dos sistemas internos; e
- d) analisar e gerir os pedidos de ajustes e/ou suporte realizados pelas transportadoras referentes ao uso de sistemas informatizados e tecnologias aplicadas aos serviços de transporte rodoviário de passageiros. (Acréscitada pela [Resolução 6019/2023/DG/ANTT/MT](#))

§ 3º Vinculadas à Gerência Operacional de Transporte de Passageiros, encontram-se:

I - A Coordenação de Autorizações e Operações do Transporte de Passageiros, à qual compete:

- a) analisar e gerir os pedidos e propor autorização dos serviços regulares de transporte interestadual de passageiros;
- b) analisar e gerir os pedidos de modificações operacionais na prestação dos serviços autorizados;
- c) efetuar e manter o cadastro dos serviços regulares de transporte interestadual de passageiros;
- d) analisar e propor a emissão de ordens de serviço para operação do serviço de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros e suas modificações operacionais; e
- e) efetuar e manter o cadastro dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros.

II - A Coordenação de Cadastro do Transporte Interestadual de Passageiros, à qual compete:

- a) efetuar e manter o cadastro de empresas, veículos, motoristas e demais elementos do transporte interestadual de passageiros;
- b) propor a emissão dos termos de autorização de transporte de passageiros;
- c) analisar e propor a emissão de licenças necessárias para operação do serviço de transporte rodoviário por fretamento; e
- d) analisar os pedidos e propor a autorização de utilização de veículos de terceiros.

III - A Coordenação de Taxa de Fiscalização e Suporte ao Contencioso, à qual compete:

- a) instruir processos para homologação, lançamento, impugnação e cobrança da taxa de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; e
- b) apoiar a Gerência na instrução de processos em contencioso administrativo e judicial.

IV - A Coordenação de Autorizações e Operações do Transporte Internacional de Passageiro, à qual compete:

- a) analisar e propor a emissão de licenças originárias e complementares para o serviço de transporte internacional de passageiros;
- b) efetuar e manter o cadastro dos serviços de transporte internacional de passageiros;
- c) analisar e gerir os pedidos de modificação operacional na prestação de serviços internacionais;
- d) analisar e propor autorização para a operação do serviço de transporte rodoviário internacional semiurbano de passageiros;
- e) efetuar e manter o cadastro dos serviços de transporte internacional semiurbano de passageiros; e
- f) analisar e propor a autorização do transporte rodoviário internacional em período de temporada turística.

V - A Coordenação do Passe Livre, à qual compete:

- a) coordenar, analisar e gerir os processos relativos à solicitação e emissão da credencial do benefício do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência, comprovadamente carentes, nos termos da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994;
- b) gerir e alimentar o sistema de dados do benefício do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência;
- c) cadastrar e validar as informações dos requerentes interessados em adquirir o benefício;
- d) avaliar e atestar a conformidade das documentações, constantes dos pedidos do benefício, que objetivem a comprovação da deficiência e da carência, em face da legislação em vigor; e
- e) assessorar e acompanhar assuntos relacionados à legislação e às regras relacionadas ao Passe Livre.

(...)

Para iniciar a compreensão do volume de trabalho das áreas ligadas à Superintendência, serão apresentados a seguir os dados, em resumo, da tramitação de documentos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI ocorrida dentro do período de 12 (doze) meses, período analisado 20/03/2025 a 19/03/2026, todos levando em consideração as unidades citadas neste estudo:

Volumes de tramitação de processos e de documentos gerados na SUPAS e nas unidades correlatas do estudo - período 20/03/2025 à 19/03/2026				
Processos	SUPAS	GEOPE	GEEST	GEMON
Processo Gerados	284	19.073	245	74
Processos Tramitados	11.709	57.952	1.706	1.176
Processos com andamento fechado	11.590	39.909	1.541	1.056
Processos com andamento aberto	119	18.043	165	120
Documento gerados (todos os tipos)	10.584	49.608	2.148	1.004
Ofícios	5.694	2.572	92	98

Despachos	1.234	13.025	2	547
Notas Técnicas	399	3.737	12	1
Portarias	6	0	9	-
Decisões	2.290	2.177	0	-
Pareceres	1	0	8	-
Demais documentos	690	41.754	1.134	358

A análise dos volumes de tramitação de processos e

de documentos gerados no âmbito da SUPAS e das unidades correlatas (GEOPE, GEEST e GEMON), no período de 20/03/2025 a 19/03/2026, sem contar as incontáveis reuniões e debates regulatórios necessários para edição de atos normativos e outros instrumentos regulatórios, evidencia um cenário de elevada demanda operacional, que pressiona significativamente a capacidade de resposta do atual quadro de pessoal.

Esse elevado quantitativo de processos e documentos e a complexidade da matéria regulada exigem análise técnica qualificada, instrução adequada e atendimento de prazos institucionais. Trata-se de um fluxo contínuo e intensivo de trabalho, que demanda atuação especializada e articulada entre diferentes perfis profissionais.

Não obstante a convocação de 51 (cinquenta e um) Especialistas em Regulação em 2023 e de 32 (trinta e dois) em 2026, o quadro atual da SUPAS é composto por 48 (quarenta e oito) servidores, 17 (dezessete) colaboradores vinculados a contrato administrativo, 10 (dez) colaboradores de mão de obra especializada e 6 (seis) estagiários, totalizando 81 (oitenta e um) profissionais.

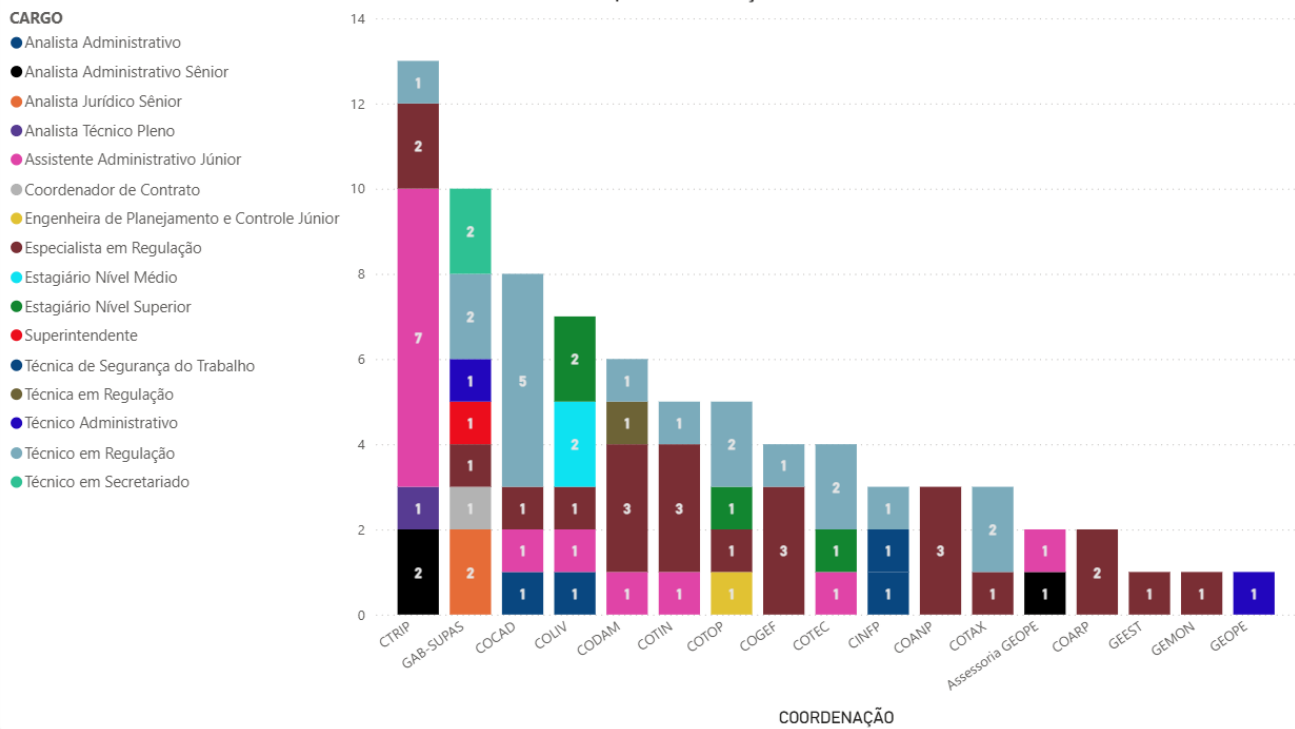
Vínculo	Cargo	Quantidade
Servidor	Especialista em Regulação	23
Servidor	Técnico em Regulação	19
Terceirizado - Esplanada Serviços	Assistente Administrativo Júnior	12
Terceirizado - Esplanada Serviços	Assistente Administrativo Pleno	2
Terceirizado - Esplanada Serviços	Assistente Administrativo Sênior	1
Estágio	Estagiário Nível Superior	3
Servidor	Analista Administrativo	3

Terceirizado - TUV Rheinland	Analista Administrativo Sênior	4
Terceirizado - TUV Rheinland	Analista Jurídico Sênior	2
Estágio	Estagiário Nível Médio	3
Servidor	Técnico Administrativo	2
Terceirizado - Esplanada Serviços	Técnico em Secretariado	2
Terceirizado - TUV Rheinland	Analista Técnico Pleno	2
Terceirizado - TUV Rheinland	Coordenador de Contrato	1
Terceirizado - TUV Rheinland	Engenheira de Planejamento e Controle Júnior	1
Servidor	Técnica de Segurança do Trabalho	1

Embora esse quantitativo, em termos absolutos, possa sugerir uma estrutura adequada, a análise da distribuição interna da força de trabalho evidencia significativa pulverização entre as diversas coordenações da Superintendência. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, grande parte das unidades opera com equipes reduzidas, sendo recorrente a existência de apenas 2 (dois) servidores por coordenação — o titular e seu substituto —, o que limita a capacidade de organização interna, a segregação de funções e a continuidade das atividades em situações de afastamento ou sobrecarga.

Adicionalmente, mesmo nas coordenações com maior quantitativo de pessoas, observa-se composição heterogênea das equipes, com participação relevante de estagiários e colaboradores terceirizados, os quais, embora essenciais ao funcionamento das atividades, não substituem integralmente a atuação de servidores efetivos, especialmente em atividades de maior complexidade técnica e responsabilidade institucional.

Pessoas por coordenação



Nesse contexto, o número global de profissionais não se traduz, na prática, em capacidade operacional suficiente para o adequado atendimento das demandas da SUPAS, que se caracterizam por elevado volume e crescente complexidade. A dispersão da força de trabalho, aliada à limitação de pessoal especializado em cada unidade, resulta em fragilidade operacional e risco à continuidade e à eficiência dos serviços.

Adicionalmente, a composição do quadro evidencia uma distribuição heterogênea de funções, com número maior de cargos de apoio e quantitativo reduzido de profissionais diretamente vinculados às atividades finalísticas e estratégicas. Tal configuração contribui para a sobrecarga dos especialistas e técnicos em regulação, que passam a acumular atividades críticas, impactando a eficiência, a qualidade das entregas e o cumprimento de prazos.

Diante desse contexto, resta evidenciada a necessidade de contratação de mão de obra especializada como medida essencial para recompor e fortalecer a capacidade operacional da unidade. A ampliação da força de trabalho qualificada permitirá maior celeridade na tramitação processual, melhoria na qualidade técnica das análises, redução de passivos operacionais e mitigação de riscos institucionais.

Por fim, destaca-se que a atuação do gestor público deve ser orientada pelo planejamento e pela antecipação de demandas, evitando situações em que a insuficiência de recursos humanos comprometa a execução das ações necessárias ao alcance dos objetivos institucionais. Nesse sentido, a presente demanda de contratação alinha-se ao dever jurídico-legal de assegurar a continuidade, eficiência e qualidade do serviço público prestado.

Caso a área requisitante não zele pelo provimento dos recursos necessários à adequada execução das atividades, há iminente risco de comprometimento do atendimento das demandas em virtude da sobrecarga da força de trabalho atual. A tabela abaixo expõe algumas atividades e projetos que serão impactados:

Projeto e atividades da Supas 2026

Gerência de Monitoramento e Projetos Especiais do Transporte Rodoviário de Passageiros (Gemon)

Atraso

Paralisação

Gerenciamento dos projetos da SUPAS;	x	
Mapeamento e elaboração dos fluxos de processo dos sistemas;		x
Elaboração dos informativos da SUPAS;		x
Gestão das informações da SUPAS (<i>sharepoint</i> , portal da ANTT, apresentações institucionais, relatórios de acompanhamento operacional).	x	
Respostas das demandas externas que requerem dados de sistemas (ouvidoria, órgãos judiciais, solicitações policiais);	x	
Subsídios de dados para os projetos executados na SUPAS;	x	
Suporte no desenvolvimento e manutenção dos cubos de dados do transporte rodoviário de passageiros;		x
Gestão dos dados abertos do transporte rodoviário de passageiros;	x	
Monitoramento dos serviços rodoviários de passageiros.	x	
Especificação e suporte no desenvolvimento de sistemas;	x	
Correções e melhorias dos sistemas internos da SUPAS;	x	
Análises dos processos do SEI (níveis de implantação do Monitriip, erros de sistemas, demandas judiciais envolvendo sistemas);	x	
Execução de projetos especiais tecnológicos da SUPAS.	x	
Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros (Geest)	Atraso	Paralisação
Agenda Regulatória: classificação de mercados	x	
Agenda Regulatória: internacional	x	
Agenda Regulatória: fretamento	x	
Editais de processo seletivo público (janelas da Res 6.033/2023)	x	

Análise de proposições legislativas e de regulamentos	x	
Análise de demandas de ouvidoria	x	
Subsídio para demandas judiciais	x	
Elaboração de informativos regulatórios do TRIIP		x
Elaboração de subsídios técnicos específicos para os projetos da Gerência, em especial os relacionados à agenda regulatória e à licitação dos serviços semiurbanos	x	
Metodologia para dimensionamento de frota para a análise da Res 6.033/2023		x
Elaboração das Instruções Normativas referente a Resolução de penalidades do TRIP (Resolução ANTT nº 6.074/2025)	x	
Análise de possíveis ACTs para a Supas	x	
Estudo da Infra S/A sobre o semiurbano DF e entorno	x	
Envolvimento nos projetos de semiurbano (estudo de mobilidade das metrópoles do BNDES)		x
Levantamento de necessidades da Supas relacionadas ao ACT do Confaz (BP-e)		x
Realização de estudos internacionais relacionadas à desregulamentação do transporte coletivo de passageiros		x
Análise econômico-financeira dos projetos de licitação dos serviços semiurbanos	x	
Fiscalização econômico-financeira dos serviços semiurbanos	x	
Análise concorrencial do TRIP	x	
Reajuste e revisão das tarifas dos serviços semiurbanos	x	
Apuração de penalidades e aplicação de multas	x	

Elaboração de metodologia para revisão da tarifa para inclusão da taxa de acostagem	x	
Fiscalização econômico-financeira dos serviços semiurbanos	x	
Licitação dos serviços semiurbanos (DF/Entorno e 6 regiões do Brasil)		x
Acompanhamento do Convênio ANTT CIMU (Mafra/Rio Negro e Teresina/Timon)	x	
Chamamentos Públicos do semiurbano	x	
Gestão do contrato da Taguatur (relatórios de execução, execução do seguro-garantia, cobrança de verba de fiscalização, TAC, Compor, processos de caducidade)	x	
Acompanhamento do IQT do semiurbano	x	
Acompanhamento da constituição do consórcio interfederativo RIDE DF/Entorno		x
Elaboração de BIs relativos a seguro-garantia e convênios de delegação		x
Gerência Operacional de Transporte de Passageiros (Geope)	Atraso	Paralisação
Análises de Novos Mercados Decorrentes de Decisões Judiciais	x	
Análises de Modificações Operacionais (Implantação de seção, Operação Simultânea e Operação Conjunta)	x	
Emissão de novos Termos de Autorização – TAR's, de mercados já operados	x	
Cadastro e Habilitação de Motoristas, Veículos e Empresas (TAF)	x	
Acompanhamento das demandas corretivas e de melhoria dos Sistemas.	x	
Acompanhamento Sistemas: SISFRET, SISAUT e SISHAB	x	
Análise de Viagens de Fretamento Contínuo	x	

Análise de requerimentos de cessão de frota (antigo veículo de terceiros)	x	
Análise de Demandas Externas	x	
Condução da Primeira Janela Extraordinária (Resolução nº 6.033/2023)	x	
Condução da Janela Ordinária 2027 (Resolução nº 6.033/2023)		x
Condução da Janela Extraordinária 2026 (Resolução nº 6.033/2023)		x
Atualização das Bases de Dados da SUPAS		x
Atendimento a Demandas do Programa Passe Livre	x	
Atendimento presencial do Programa Passe Livre (Posto do Na hora - Rodoviária do Plano Piloto).		x
Constituição e Cobrança da Taxa de Fiscalização	x	

Nesse contexto, propõe-se a contratação de serviços técnicos especializados para atuação como força de trabalho auxiliar, com o objetivo de apoiar a execução das atividades inerentes às competências institucionais da SUPAS e de suas Gerências, em caráter acessório, complementar e subsidiário aos servidores públicos. Tal proposta encontra respaldo no Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução ANTT nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e na Resolução ANTT nº 5.977, de 7 de abril de 2022 que estabelece as atribuições da unidade e evidenciam a amplitude e a complexidade das atividades desempenhadas.

Importa destacar que tais atividades possuem caráter eminentemente técnico-operacional e de suporte à tomada de decisão, não se confundindo com as competências decisórias exclusivas dos servidores públicos, em estrita observância ao disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

Dessa forma, a contratação ora proposta visa suprir lacunas operacionais, aumentar a capacidade de resposta institucional e assegurar maior eficiência, padronização e qualidade nas análises técnicas realizadas pela SUPAS, especialmente diante do aumento das demandas decorrente da implementação do novo marco normativo do setor.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - Supas	Juliano de Barros Samôr

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação é estratégica e indispensável para assegurar a capacidade operacional e a adequada consecução das atividades regimentais da SUPAS, diante do aumento da complexidade regulatória e do volume de demandas. Soma-se a esse cenário a insuficiência de recursos humanos para o atendimento integral das demandas oriundas do setor de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, especialmente após a publicação do novo marco regulatório do TRIP. Nesse contexto, a contratação mostra-se essencial para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados.

Com efeito, a presente contratação foi estruturada com base em pilares estratégicos que orientam sua concepção e execução, quais sejam: a eficiência da gestão contratual, o fortalecimento das atividades de gestão contratuais, a otimização e racionalização da força de trabalho, a qualificação técnica da equipe, a promoção da transferência e absorção de conhecimento pelos servidores da ANTT, bem como a adequada utilização dos recursos públicos.

Nesse contexto, considerando a multiplicidade e a interdependência das temáticas envolvidas, concluiu-se que o modelo mais adequado para a gestão contratual consiste na alocação de equipe por postos de trabalho, com previsão de apresentação de relatórios mensais consolidados das atividades desempenhadas. Tal sistemática permitirá o acompanhamento contínuo e a aferição da produtividade, possibilitando avaliação periódica dos resultados e maior controle gerencial sobre a execução contratual.

Ademais, encontra-se expressamente previsto no Termo de Referência que a equipe técnica deverá ser alocada na sede da ANTT, em Brasília/DF. Essa diretriz decorre da necessidade de garantir maior integração, supervisão e alinhamento das atividades desenvolvidas, bem como de assegurar a proteção de informações sensíveis e o cumprimento de requisitos de sigilo inerentes às atividades desempenhadas.

Os requisitos necessários à adequada execução da contratação estão detalhadamente estabelecidos no Termo de Referência, destacando-se, dentre eles:

- Nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, trata-se de serviço de natureza continuada;
- Conforme disposto no art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a contratação caracteriza-se como prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, estruturada por postos de trabalho;
- O regime de execução adotado é o de empreitada por preço unitário;
- A vigência contratual inicial será de 12 (doze) meses, admitida prorrogação, conforme Lei 14.133 /2021, até o limite de 10 (dez) anos;
- Previsão de observância de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme diretrizes estabelecidas no Termo de Referência;
- Exigência de declaração do licitante quanto ao pleno conhecimento das condições necessárias à adequada prestação dos serviços;
- Observância integral das obrigações atribuídas à CONTRATADA e à CONTRATANTE, conforme disciplinado no Termo de Referência.

4.1 Requisitos mínimos de qualidade

A contratação deverá garantir a prestação dos serviços com qualidade suficiente para atender às necessidades da ANTT. Critérios mínimos de desempenho estão definidos no Termo de Referência para que os serviços sejam realizados de maneira eficiente, sem que sejam adotados requisitos excessivos ou dispendiosos, observando, dentre outros, os seguintes requisitos:

- a. **Qualificação e Experiência Profissional:** Todos os profissionais alocados deverão comprovar experiência compatível com a função que desempenharão, atendendo aos requisitos de qualificação profissional especificados no termo de referência. Esses requisitos buscam assegurar que os colaboradores possuam habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas atribuições com competência e autonomia, alinhados aos padrões operacionais da ANTT.
- b. **Capacitação e Treinamento:** A contratada deverá oferecer treinamento inicial e periódico para todos os colaboradores, especialmente quanto a procedimentos internos, segurança da informação, proteção de dados e demais capacitações necessárias à incorporação da equipe aos trabalhos na ANTT. Os treinamentos visam manter a equipe atualizada e preparada para responder de forma eficaz às necessidades da ANTT e devem ser compatíveis com as exigências da LGPD e com a política interna de segurança da informação da ANTT.
- c. **Pontualidade e Eficiência no Atendimento:** Os profissionais alocados deverão demonstrar pontualidade, presteza e cordialidade no atendimento a usuários internos e externos, mantendo a imagem institucional da ANTT.
- d. **Cumprimento de Normas e Procedimentos de Segurança da Informação:** Todos os colaboradores deverão observar rigorosamente os protocolos de segurança da informação e confidencialidade estabelecidos pela ANTT. A empresa contratada deve garantir que seus colaboradores conheçam e apliquem as normas relacionadas à proteção de dados pessoais, ao acesso restrito a documentos e informações sensíveis, em conformidade com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e com a política interna de segurança da ANTT.
- e. **Apresentação Pessoal:** Os profissionais deverão apresentar-se de maneira adequada, em conformidade com as diretrizes da ANTT, utilizando identificação, quando exigido. Esse padrão

visual contribui para a uniformidade e o profissionalismo no local de trabalho, mantendo a coerência com a imagem institucional da ANTT.

- f. **Garantia de Substituição:** A contratada deverá garantir a substituição imediata de colaboradores que apresentem desempenho abaixo dos padrões mínimos estabelecidos, dispensando-se tal obrigação somente nos casos em que a unidade entenda não ser necessária a substituição. Essa medida visa assegurar a continuidade dos serviços, minimizando qualquer impacto negativo sobre o funcionamento das unidades.
- g. **Respeito às Normas de Saúde e Segurança do Trabalho:** A empresa contratada deverá observar as normas de saúde e segurança no trabalho, fornecendo condições adequadas para o desempenho das funções, conforme as exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver a redimensionamento no pagamento com Base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- 1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

4.2. Requisitos e condições da mão de obra a ser empregada na execução dos serviços

Os padrões mínimos de qualificação técnica dos profissionais contratados serão baseados nas descrições das tarefas e competências previstas para cada função a ser contratada, garantindo que as atividades realizadas correspondam ao que é exigido pela Administração. Seguem abaixo os requisitos dos postos a serem contratados:

Cargo	Coordenador Geral
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo, preferencialmente em Administração, Direito, Engenharia ou áreas correlatas.
Experiência	Experiência comprovada superior a 10 (dez) anos em atividades de nível superior; Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em atividades de coordenação, supervisão, gestão ou liderança de equipes multidisciplinares, gestão de contratos ou atividades correlatas; e Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em atividades relacionadas à regulação, operação, gestão, planejamento ou análise técnica de serviços de

transporte, infraestrutura, logística, mobilidade ou setores regulados correlatos.

Conhecimentos Básicos

- a. Princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência);
- b. Gestão de contratos administrativos, com ênfase na Lei nº 14.133/2021;
- c. Planejamento, execução e monitoramento de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- d. Gestão de equipes multidisciplinares e liderança organizacional;
- e. Gestão por resultados e indicadores de desempenho (KPIs);
- f. Governança pública, gestão de riscos e compliance;
- g. Processos administrativos e fluxos organizacionais;
- h. Noções de Direito Administrativo aplicado à contratação pública;
- i. Reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação e aditivos contratuais;
- j. Noções de Direito do Trabalho e encargos trabalhistas aplicáveis a contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- k. Elaboração e análise de planilhas de custos e formação de preços;
- l. Gestão de contratos, convênios, termos de cooperação e ACTs;
- m. Análise e instrução processual;
- n. Elaboração de relatórios gerenciais e técnicos;
- o. Estruturação de fluxos de trabalho e melhoria de processos;
- p. Elaboração e revisão de termos de referência e documentos de contratação;
- q. Gestão de prazos, entregas e cronogramas;
- r. Uso de sistemas eletrônicos de tramitação processual e ferramentas de apoio à gestão;
- s. Técnicas de apresentação institucional e elaboração de materiais executivos;
- t. Ferramentas de análise de dados (Excel intermediário ou similar); e
- u. Técnicas de facilitação de reuniões, *workshops* e audiências públicas.

Habilidades e Atitudes Esperadas

- a. Capacidade de liderança e coordenação de equipes multidisciplinares;
- b. Visão estratégica e sistêmica para gestão de contratos e processos;
- c. Forte capacidade analítica para interpretação de dados, indicadores e informações processuais;

	<ul style="list-style-type: none"> d. Tomada de decisão baseada em evidências e critérios técnicos; e. Habilidade de organização, priorização e acompanhamento de múltiplas demandas simultâneas; f. Capacidade de propor melhorias em fluxos, processos e rotinas administrativas; g. Aptidão para negociação e gestão de conflitos, especialmente em contratos e relações institucionais; h. Capacidade de articulação técnica entre áreas e níveis hierárquicos distintos; i. Habilidade para elaboração e revisão de documentos técnicos e gerenciais; j. Comunicação clara, objetiva e assertiva, tanto oral quanto escrita; k. Capacidade de interlocução com alta administração, equipes técnicas e órgãos externos; l. Postura colaborativa e incentivo ao trabalho em equipe; m. Capacidade de influenciar e engajar equipes para alcance de metas; n. Habilidade para condução de reuniões, apresentações e interações institucionais; o. Inteligência emocional para lidar com pressão, prazos e situações críticas; p. Proatividade na identificação de problemas e proposição de soluções; q. Comprometimento com resultados, qualidade e cumprimento de prazos; r. Responsabilidade e senso de dono na gestão contratual; s. Ética, integridade e transparência nas relações institucionais; t. Discernimento e bom senso na condução de decisões estratégicas; u. Flexibilidade e adaptabilidade diante de mudanças e demandas emergenciais; v. Resiliência e equilíbrio emocional em ambientes de alta pressão; w. Foco em melhoria contínua e inovação na gestão pública; e x. Discrição e confiabilidade no tratamento de informações sensíveis.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> a. Garantir a execução do contrato em conformidade com as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato Administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra de acordo com a Lei 14.133/2021;

- b. Instruir processos de repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, termos aditivos e prorrogação de contrato de acordo com a Lei 14.133/2021;
- c. Elaborar Relatórios Mensais, analisar indicadores de desempenho e instrumentos de medição de resultado para garantir que os entregáveis atendam aos padrões estabelecidos da contratante para fins de pagamento;
- d. Atuar como apoio técnico entre a alta administração e a equipe técnica, garantindo a eficiência operacional das atividades da contratante;
- e. Coordenar e orientar a equipe técnica, definindo tarefas e supervisionando a execução para garantir metas;
- f. Gerir planilhas de custos e formação de preços, encargos trabalhistas/previdenciários, férias e frequência;
- g. Identificar e apontar informações processuais relevantes para fins de análise de mérito;
- h. Apoiar na elaboração de Anuário Estatístico do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP e Relatório Circunstanciado do Tribunal de Contas da União - TCU, com levantamento das informações e dos dados estatísticos sobre o setor;
- i. Acompanhar providências, prazos e decisões;
- j. Propor novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades;
- k. Fornecer soluções em processos documentais;
- l. Articular com as gerências em demandas transversais no âmbito da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS;
- m. Apoiar na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores de transporte e acompanhar os prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores;
- n. Apoiar subsidiariamente à SUPAS para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas às demandas e nas respostas a questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos e controle externos e internos, do Poder Judiciário e Ministério Público;
- o. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas;
- p. Apoiar durante o processo de elaboração de termos de referência, de documentos de formalização da demanda, na verificação do atendimento às premissas dos editais, entrega de produtos, prazos contratuais e execução dos

	<p>serviços dos contratos/convênios/ termos de cooperação e afins, em andamento nesta SUPAS;</p> <p>q. Apoiar na elaboração de resposta a questionamentos e pleitos de aditivos dos convênios, contratos e afins, empresas e consórcios com contrato em andamento nesta SUPAS;</p> <p>r. Fornecer suporte técnico na análise de Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação Técnica - ACT e suas alterações;</p> <p>s. Fornecer suporte técnico na análise de relatórios parciais e finais, na análise de prestação de contas anual, na elaboração de minutas de documentos, manutenção de informações técnicas e administrativas que envolvem gestão das atividades relacionadas à aplicação de ACT;</p> <p>t. Apoio técnico na realização de <i>workshops</i>, reuniões de cooperação com entes externos, Audiência Públicas e visitas técnicas;</p> <p>u. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e</p> <p>v. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.</p>
--	--

Cargo	Analista Técnico Sênior (Bacharel em Direito)
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em Direito;
Experiência	<p>Experiência comprovada superior a 10 (dez) anos em atividades de nível superior; e</p> <p>Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em atividades relacionadas à regulação, operação, gestão, planejamento ou análise técnica de serviços de transporte, infraestrutura, logística, mobilidade ou setores regulados correlatos.</p>
Conhecimentos Básicos	<p>a. Técnicas de elaboração de notas técnicas e pareceres;</p> <p>b. Noções de <i>compliance</i> e controle interno;</p> <p>c. Excel intermediário;</p> <p>d. Análise e instrução processual administrativa;</p> <p>e. Elaboração de minutas de atos administrativos (despachos, decisões, ofícios);</p>

	<ul style="list-style-type: none"> f. Técnicas de redação jurídica e normativa; g. Gestão de prazos e acompanhamento processual; h. Interpretação e consolidação de informações técnicas e jurídicas; i. Noções de gestão pública e governança regulatória; e j. Uso de sistemas eletrônicos de tramitação processual.
Habilidades e Atitudes Esperadas	<ul style="list-style-type: none"> a. Capacidade analítica e crítica para interpretar normas, processos e decisões judiciais; b. Habilidade de redação clara, precisa e objetiva, especialmente em documentos jurídicos e normativos; c. Organização e sistematização de informações complexas; d. Capacidade de identificar inconsistências processuais e propor soluções; e. Agilidade na elaboração de subsídios para demandas urgentes; f. Capacidade de articulação técnica com diferentes áreas; g. Visão sistêmica do processo regulatório e seus impactos; h. Capacidade de trabalhar com múltiplos processos simultaneamente, mantendo qualidade e prazos; i. Comunicação clara e assertiva, tanto escrita quanto verbal; j. Capacidade de negociação e mediação em demandas intersetoriais; k. Trabalho em equipe e colaboração com diferentes unidades; l. Postura profissional ética e imparcial; m. Capacidade de lidar com diferentes níveis hierárquicos e institucionais; n. Responsabilidade e comprometimento com prazos e resultados; o. Proatividade na identificação de problemas e proposição de melhorias; p. Discernimento e bom senso na tomada de decisões; q. Resiliência e equilíbrio emocional para lidar com pressão e demandas urgentes; r. Rigor técnico e atenção aos detalhes; s. Flexibilidade e adaptabilidade frente a mudanças normativas e institucionais; t. Discrição no tratamento de informações sensíveis; e u. Motivação para aprendizado contínuo e atualização normativa.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> a. Apoiar juridicamente à SUPAS para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas às demandas e nas respostas a questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos e controle externos e internos, do Poder Judiciário e Ministério Público;

- b. Realizar a triagem e o saneamento de processos antes do envio à Procuradoria, garantindo que a instrução técnica esteja completa e coerente;
- c. Monitorar o cumprimento de legislações, normas e regulamentos, identificando desvios e propondo correções;
- d. Elaborar subsídios urgentes para cumprir liminares, garantindo que a Administração Pública responda tempestivamente ao Judiciário;
- e. Elaborar minutas de decisão, despachos e ofícios jurídicos;
- f. Apoiar na distribuição de processos judiciais;
- g. Elaborar, redigir, alterar e consolidar normativos referentes a temas complexos ligados ao transporte de passageiros, fornecendo os insumos jurídicos necessários à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do normativo, observando a clareza, precisão e ordem lógica, bem como apontar eventuais controvérsias jurídicas que envolvam a matéria;
- h. Acompanhar providências, prazos e decisões, bem como prestar auxílio na realização das atribuições relativas ao setor de transporte de passageiros;
- i. Articular com as gerências em demandas transversais no âmbito da SUPAS e do setor de transporte rodoviário de passageiros no que tange a interpretação dos aspectos jurídicos de normas e legislação vigente;
- j. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações de natureza jurídica para reuniões internas e externas;
- k. Auxiliar na realização de estudos jurídicos visando regulamentar os serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- l. Instruir processos para o cumprimento de decisões judiciais, observando leis e normativos afetos à concessão do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência;
- m. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da ANTT; e
- n. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.

Cargo	Analista Técnico Pleno (qualquer engenharia)
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em Engenharia

Experiência	<p>Experiência comprovada superior a 5 (cinco) anos em atividades de nível superior; e</p> <p>Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em atividades relacionadas à regulação, operação, gestão, planejamento ou análise técnica de serviços de transporte, infraestrutura, logística, mobilidade ou setores regulados correlatos.</p>
Conhecimentos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Noções de engenharia de transportes (demanda, oferta, dimensionamento de frota, itinerários, frequência e capacidade operacional); b. Planejamento e organização de sistemas de transporte rodoviário de passageiros; c. Avaliação de desempenho operacional de serviços de transporte; d. Análise de dados operacionais e indicadores de desempenho; e. Noções de logística e mobilidade urbana, semiurbana, rodoviária e de fretamento; f. Legislação e normativos aplicáveis ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; g. Noções de concessões, permissões, autorizações e convênios de delegação; h. Agenda Regulatória e instrumentos de participação social (audiências públicas, consultas públicas); i. Relação com órgãos de controle (ex.: TCU) e produção de relatórios institucionais; j. Mapeamento, modelagem e melhoria de processos; k. Instrução e análise de processos administrativos; l. Gestão e acompanhamento de contratos, convênios e instrumentos congêneres; m. Elaboração de notas técnicas, relatórios e documentos técnicos; n. Noções de Análise de Impacto Regulatório (AIR); o. Gestão de prazos e fluxos processuais; p. Elaboração e revisão de manuais e procedimentos operacionais; q. Excel intermediário/avançado para análise de dados; r. Ferramentas de análise e consolidação de informações; s. Sistemas eletrônicos de tramitação processual; t. Sistemas de gestão de conteúdo (CMS), como <i>Plone</i>; e u. <i>SharePoint</i> ou ferramentas similares de gestão da informação.
Habilidades e Atitudes Esperadas	<ul style="list-style-type: none"> a. Capacidade analítica para avaliação de dados operacionais, regulatórios e estatísticos;

	<ul style="list-style-type: none"> b. Habilidade para elaboração de notas técnicas, relatórios e documentos com clareza e fundamentação; c. Organização e sistematização de informações complexas; d. Capacidade de mapear, analisar e propor melhorias em processos; e. Atenção a detalhes na instrução processual e análise documental; f. Capacidade de acompanhar múltiplos processos simultaneamente, respeitando prazos; g. Aptidão para interpretar normativos e aplicá-los ao contexto técnico-operacional; h. Capacidade de propor soluções técnicas para problemas operacionais e regulatórios; i. Habilidade no apoio à elaboração de normativos e estudos regulatórios; j. Comunicação clara e objetiva, tanto escrita quanto verbal; k. Capacidade de trabalho em equipe e colaboração com áreas multidisciplinares; l. Facilidade de articulação com diferentes áreas técnicas e institucionais; m. Postura profissional, ética e colaborativa; n. Capacidade de participar de reuniões técnicas, <i>workshops</i> e audiências públicas; o. Habilidade para transmitir informações técnicas de forma acessível; p. Proatividade na identificação de problemas e proposição de melhorias; q. Comprometimento com qualidade, prazos e resultados; r. Organização e disciplina na condução das atividades; s. Rigor técnico e senso crítico; t. Flexibilidade e adaptabilidade diante de mudanças regulatórias e operacionais; u. Resiliência para lidar com demandas simultâneas e prazos reduzidos; v. Interesse por aprendizado contínuo e atualização técnica; w. Responsabilidade e confiabilidade no tratamento de informações; e x. Iniciativa para inovação e melhoria de processos.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> a. Auxiliar na gestão da execução contratual de permissões e convênios de delegação vigentes no serviço de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros; b. Mapear processos das atividades dos serviços de transporte rodoviário de passageiros;

- c. Assessoramento técnico em assuntos relativos aos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- d. Analisar e acompanhar estudos para licitação do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;
- e. Instruir e acompanhar processos de chamamento público do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;
- f. Analisar, instruir e revisar processos administrativos relacionados ao serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;
- g. Elaborar Notas Técnicas fundamentadas nas resoluções da ANTT, avaliando a situação operacional de empresas, mercados e linhas (frequência, frota, itinerários);
- h. Apoiar na elaboração ou proposição de temas e acompanhamento dos projetos contidos no eixo temático da Agenda Regulatória referente aos serviços de transporte rodoviário de passageiros, bem como na elaboração de novas normas técnicas no âmbito da SUPAS para regulação do mercado de transporte rodoviário de passageiros;
- i. Apoio técnico à SUPAS durante as fases de elaboração, acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados pela ANTT no âmbito da SUPAS, tendo como objetivo trazer subsídios técnicos especializados na área de planejamento e operação de transporte, dentre outros, que permitam o estabelecimento de novas avenças, por exemplo novos contratos ou aditivos aos contratos dos serviços concedidos, bem como a resolução de litígios contratuais nas outorgas;
- j. Apoiar na atualização de manuais e procedimentos;
- k. Fornecer suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão dos procedimentos internos;
- l. Fornecer suporte técnico na elaboração de normativos necessários para disciplinar o processo de alterações operacionais;
- m. Apoiar na elaboração de relatórios de análises de impacto regulatório e minutas de resoluções;
- n. Apoiar na elaboração de Anuário Estatístico TRIIP e Relatório Circunstanciado TCU, com levantamento das informações e dos dados estatísticos sobre o setor;
- o. Propor novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades;
- p. Fornecer soluções em processos documentais;
- q. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas;
- r. Apoio técnico em reuniões de cooperação técnica, *workshops*, audiências públicas e demais eventos;

	<ul style="list-style-type: none"> s. Auxiliar na atualização de informações relacionadas a página de transporte rodoviário de passageiros no Portal ANTT, utilizando o Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS), o <i>Plone</i>; t. Auxiliar na atualização de informações relacionadas a página do transporte rodoviário de passageiros no <i>Sharepoint</i>; u. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da ANTT; e v. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.
--	---

Cargo	Analista Técnico Júnior (qualquer engenharia)
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em Engenharia
Experiência	Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em atividades de nível superior.
Conhecimentos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Conhecimento básico da legislação e normativos aplicáveis ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; b. Noções de concessões, permissões, autorizações e convênios de delegação; c. Noções de processos administrativos e tramitação processual; d. Conhecimento básico em elaboração de notas técnicas, relatórios e documentos técnicos; e. Noções de gestão de prazos e organização de atividades; f. Conhecimento básico em mapeamento e melhoria de processos; g. Excel intermediário (ou em desenvolvimento); h. Noções de ferramentas de análise de dados; i. Noções de sistemas eletrônicos de tramitação processual; e j. Conhecimento básico de ferramentas de gestão da informação (ex.: <i>SharePoint</i> ou similares).
	<ul style="list-style-type: none"> a. Capacidade analítica para avaliação de dados e informações técnicas;

Habilidades e Atitudes Esperadas	<ul style="list-style-type: none"> b. Habilidade para apoiar a elaboração de notas técnicas e relatórios com clareza; c. Organização e atenção a detalhes na execução de atividades; d. Capacidade de seguir orientações e procedimentos estabelecidos; e. Aptidão para aprendizado contínuo e desenvolvimento técnico; f. Capacidade de trabalhar em equipe e colaborar com diferentes áreas; g. Comunicação clara e objetiva, especialmente na forma escrita; h. Proatividade no apoio às atividades e na busca por soluções; i. Comprometimento com prazos, qualidade e entrega de resultados; j. Postura ética e profissional; k. Capacidade de adaptação a rotinas e demandas variáveis; l. Interesse em desenvolver conhecimentos na área de regulação e transporte; e m. Responsabilidade no tratamento de informações.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> a. Auxiliar na gestão da execução contratual de permissões e convênios de delegação vigentes no serviço de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros; b. Apoiar o mapeamento de processos relacionados aos serviços de transporte rodoviário de passageiros; c. Prestar apoio técnico em assuntos relativos aos serviços de transporte rodoviário de passageiros; d. Auxiliar na análise e acompanhamento de estudos para licitação do serviço de transporte rodoviário semiurbano de passageiros; e. Apoiar a instrução e o acompanhamento de processos de chamamento público; f. Auxiliar na análise, instrução e organização de processos administrativos; g. Apoiar a elaboração de Notas Técnicas com base em normativos vigentes e dados operacionais; h. Apoiar as atividades relacionadas à Agenda Regulatória e à elaboração de normativos; i. Prestar apoio técnico nas atividades de elaboração, acompanhamento e fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres; j. Auxiliar na atualização de manuais, procedimentos e fluxos internos; k. Apoiar na elaboração de relatórios, levantamentos de dados e consolidação de informações; l. Auxiliar na elaboração de estudos e relatórios de impacto regulatório;

	<ul style="list-style-type: none"> m. Apoiar na produção de relatórios institucionais, como Anuário Estatístico e relatórios para órgãos de controle; n. Auxiliar na organização e melhoria de processos internos; o. Apoiar na elaboração de apresentações e documentos técnicos; p. Prestar apoio em reuniões técnicas, <i>workshops</i> e eventos institucionais; q. Auxiliar na atualização de informações em sistemas institucionais, incluindo CMS e <i>SharePoint</i> ; r. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da ANTT; e s. Executar outras atividades correlatas, compatíveis com o nível júnior, conforme demanda da área.
--	---

Cargo	Analista Técnico Pleno (Contador/Estatístico/Economista)
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em Ciências Contábeis, Economia ou Estatística;
Experiência	<p>Experiência comprovada superior a 5 (cinco) anos em atividades de nível superior; e</p> <p>Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em análise de dados contábeis, econômicos ou estatísticos, auditoria de custos ou modelagem estatística aplicada.</p>
Conhecimentos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Contabilidade geral e análise de demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, DRE, fluxo de caixa); b. Análise econômico-financeira de empresas (liquidez, rentabilidade, solvência e endividamento); c. Análise e validação de bases de dados; d. <i>Business Intelligence</i> (BI) e construção de <i>dashboards</i>; e. Elaboração de relatórios técnicos, estudos econômicos e estatísticos; f. Monitoramento de indicadores de desempenho e mercado; g. Análise de estruturas societárias (fusões, aquisições, cisões, controle); h. Excel avançado (incluindo VBA, tabelas dinâmicas, <i>Power Query</i>); i. Linguagens de programação para análise de dados (preferencialmente <i>Python</i>);

	<ul style="list-style-type: none"> j. Ferramentas de BI (<i>Power BI, Tibco Spotfire</i> ou similares); k. Sistemas de gerenciamento e extração de dados; e l. Noções de bancos de dados e SQL (desejável).
Habilidades e Atitudes Esperadas	<ul style="list-style-type: none"> a. Forte capacidade analítica e quantitativa para interpretação de dados complexos; b. Capacidade de análise crítica de demonstrações contábeis e dados financeiros; c. Aptidão para identificar inconsistências em bases de dados e propor correções; d. Habilidade na elaboração de relatórios técnicos claros, objetivos e fundamentados; e. Capacidade de traduzir dados técnicos em informações estratégicas para tomada de decisão; f. Organização e sistematização de grandes volumes de dados; g. Capacidade de apoiar estudos tarifários e análises regulatórias; h. Atenção a detalhes e rigor metodológico; i. Comunicação clara e didática para apresentação de análises técnicas a públicos diversos; j. Capacidade de trabalho em equipe multidisciplinar; k. Habilidade de articulação com áreas técnicas, regulatórias e gerenciais; l. Postura colaborativa e propositiva; m. Capacidade de participar de reuniões técnicas e institucionais; n. Facilidade para explicar conceitos técnicos complexos de forma acessível; o. Proatividade na identificação de problemas e oportunidades de melhoria; p. Comprometimento com qualidade, precisão e confiabilidade das análises; q. Responsabilidade no tratamento de dados sensíveis e informações estratégicas; r. Rigor técnico e ética profissional; s. Curiosidade analítica e interesse por aprendizado contínuo; t. Organização e disciplina na gestão de prazos e entregas; u. Resiliência diante de demandas complexas e prazos reduzidos; v. Flexibilidade para adaptação a mudanças de escopo e prioridades; e w. Foco em inovação e melhoria contínua de processos e análises.
	<ul style="list-style-type: none"> a. Supervisionar a integridade das bases de dados, garantindo que as rotinas de <i>backup</i> sejam seguidas e

que as extrações de *Business Intelligence* (BI) reflitam a realidade operacional para suporte à decisão estratégica;

- b. Análise de dados em Excel Avançado, linguagens de programação para dados, preferencialmente *Python* e ferramentas de *Business Intelligence* (BI/Tibco);
- c. Decomposição da planilha de custos operacionais (combustível, manutenção, pessoal) para revisões tarifárias;
- d. Auxiliar na realização de estudos estatísticos visando propor e implementar reajuste e a revisão tarifária praticada nos serviços de transporte rodoviário semiurbano de passageiros;
- e. Auxiliar na realização de estudos com o objetivo de identificar abuso de direito ou infração contra a ordem econômica;
- f. Auxiliar na realização de análises, estudos e informação sobre aspectos técnicos, sociais, econômicos, concorrenciais, tributários, fiscais e outros relacionados aos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- g. Verificação da situação econômico-financeira das empresas autorizadas/permissionárias no cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas e financeiras;
- h. Analisar balanços e demonstrações contábeis das operadoras para identificar riscos de descontinuidade do serviço;
- i. Analisar requerimentos de cisão, fusão, incorporação, transferência de controle societário de acordo com normativos dos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- j. Apoio técnico na instrução e acompanhamento de Processos Administrativos Simplificados - PAS;
- k. Analisar defesas e recursos interpostos pelas transportadoras no âmbito dos processos sancionatórios gerados durante a gestão e fiscalização das outorgas, bem como do suporte nas atividades gerenciais decorrentes da gestão dos Processos Administrativos Simplificados;
- l. Elaborar e manter planilha de controle de dados de publicações de mercados, outorgas e grupos econômicos;
- m. Auxiliar na elaboração de estudos visando monitorar a evolução da oferta e da demanda nos mercados de transporte interestadual de passageiros;
- n. Elaborar relatórios e levantamentos de informações e dados estatísticos sobre o setor de transportes e mercados relacionados;
- o. Auxiliar na realização de análises exploratórias de dados, inferências estatísticas, probabilidade avançada, análise de regressão e multivariada, processos estocásticos, métodos de amostragem e pesquisa, levantamento de demanda e modelagem econômica;

Atividades

	<p>p. Apoiar na elaboração de Anuário Estatístico TRIIP e Relatório Circunstanciado TCU, com levantamento das informações e dos dados estatísticos do setor;</p> <p>q. Propor novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades;</p> <p>r. Fornecer soluções em processos documentais;</p> <p>s. Apoiar na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores de transporte e acompanhar os prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores;</p> <p>t. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas;</p> <p>u. Fornecer suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão dos procedimentos internos;</p> <p>v. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da ANTT; e</p> <p>w. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.</p>
--	---

Cargo	Analista Técnico Pleno
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em qualquer área de formação;
Experiência	<p>Experiência comprovada superior a 5 (cinco) anos em atividades de nível superior; e</p> <p>Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em transportes de passageiros, preferencialmente em setores regulados ou assemelhadas àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho da presente contratação.</p>
Conhecimentos Básicos	<p>a. Análise e instrução de processos administrativos;</p> <p>b. Elaboração de relatórios, notas técnicas e documentos administrativos;</p> <p>c. Gestão e acompanhamento de prazos, demandas e fluxos processuais;</p> <p>d. Análise de dados em Excel (nível intermediário ou superior);</p> <p>e. Sistemas eletrônicos de tramitação processual; e</p> <p>f. Elaboração de apresentações institucionais.</p>

<p>Habilidades e Atitudes Esperadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Capacidade analítica para interpretação de dados e informações operacionais; b. Habilidade para organização e consolidação de grandes volumes de informação; c. Capacidade de identificar inconsistências em dados e processos; d. Aptidão para propor melhorias em fluxos operacionais e rotinas administrativas; e. Habilidade na elaboração de relatórios e documentos com clareza e objetividade; f. Capacidade de acompanhar múltiplas demandas simultaneamente, com controle de prazos; g. Facilidade no uso de sistemas informatizados e adaptação a novas ferramentas; h. Capacidade de apoiar a automação de processos e rotinas manuais; i. Atenção a detalhes e rigor na execução de atividades; j. Comunicação clara e objetiva, tanto escrita quanto verbal; k. Capacidade de trabalho em equipe e colaboração com diferentes áreas; l. Habilidade de articulação com unidades técnicas e gerenciais; m. Postura profissional ética e colaborativa; n. Capacidade de interagir com diferentes níveis hierárquicos; o. Facilidade para participar de reuniões, <i>workshops</i> e atividades institucionais; p. Proatividade na identificação de problemas e proposição de soluções; q. Comprometimento com qualidade, prazos e resultados; r. Organização e disciplina na execução das atividades; s. Flexibilidade e adaptabilidade diante de mudanças de demandas e prioridades; t. Responsabilidade no tratamento de informações sensíveis; u. Rigor técnico e senso crítico; v. Disposição para aprendizado contínuo; w. Resiliência diante de demandas simultâneas e prazos reduzidos; e x. Foco em melhoria contínua e eficiência operacional.
	<ul style="list-style-type: none"> a. Analisar e prestar esclarecimentos sobre informações do sistema de gerenciamento e monitoramento de autorizações - SIGMA, do sistema de habilitação - SISHAB, dentre outros; b. Auxiliar no monitoramento do setor de transporte rodoviário de passageiros, com base nas análises dos dados e informações contidas em bancos de

Atividades

- dados, sistemas informatizados e sítios da internet, além do uso de georreferenciamento e BI, dentre outras ferramentas;
- c. Executar rotinas diárias de backup de bases de dados e planilhas de controle de processos para assegurar a integridade da informação;
 - d. Prestar suporte técnico ao processamento de dados e informações;
 - e. Apoiar novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades operacionais;
 - f. Fornecer soluções automatizadas de processos manuais;
 - g. Apoiar na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores de transporte;
 - h. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas;
 - i. Fornecer suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão dos procedimentos internos;
 - j. Apoiar no levantamento de requisitos para atualização e modernização dos sistemas de informações geográficas, técnicas, estatísticas e gerenciais com vistas ao acompanhamento e monitoramento do setor de transporte rodoviário de passageiros;
 - k. Auxiliar na definição de diretrizes para produção, atualização, modernização e disponibilização das informações técnicas;
 - l. Auxiliar na atualização de informações relacionadas a página de transporte rodoviário de passageiros no Portal ANTT, utilizando o Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS), Plone;
 - m. Auxiliar na atualização de informações relacionadas a página do transporte rodoviário de passageiros no *Sharepoint*;
 - n. Auxiliar no constante controle de fluxo de informações de interesse do setor, por intermédio de *softwares*, planilhas e demais sistemas;
 - o. Atuar na análise técnica específica para fundamentar o cumprimento de liminares e decisões de instâncias superiores relacionadas a empresas de transporte;
 - p. Apoiar na elaboração de Anuário Estatístico do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP e Relatório Circunstanciado do Tribunal de Contas da União - TCU, com levantamento das informações e dos dados estatísticos sobre o setor;
 - q. Acompanhar providências, prazos e decisões;
 - r. Propor novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades;

- s. Assessoramento técnico às demandas gerenciais referentes ao transporte rodoviário de passageiros;
- t. Articular com as gerências em demandas transversais no âmbito da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS;
- u. Apoiar na consolidação das informações encaminhadas que devem compor os indicadores de transporte e acompanhar os prazos de entrega e divulgação das informações relacionadas aos indicadores;
- v. Apoiar subsidiariamente à SUPAS para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas às demandas e nas respostas a questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos e controle externos e internos, do Poder Judiciário e Ministério Público;
- w. Apoio técnico na realização de workshops, reuniões de cooperação com entes externos, Audiência Públicas e visitas técnicas;
- x. Apoiar o mapeamento de processos das atividades dos serviços de transporte rodoviário de passageiros;
- y. Apoiar na atualização de manuais e procedimentos;
- z. Apoiar no acompanhamento de projetos internos da SUPAS;
- aa. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
- ab. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.

Cargo	Analista Técnico Sênior (Qualquer Nível Superior)
Jornada de Trabalho	40 horas semanais
Escolaridade	Nível superior completo em qualquer área de formação
Experiência	Experiência comprovada superior a 10 (dez) anos em atividades de nível superior; e Experiência comprovada superior a 2 (dois) anos em transportes de passageiros, preferencialmente em setores

	regulados ou assemelhadas àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho da presente contratação.
Conhecimentos Básicos	<ul style="list-style-type: none"> a. Princípios da Administração Pública e governança; b. Estrutura e funcionamento de agências reguladoras; c. Legislação e normativos aplicáveis ao setor de transporte; d. Processos administrativos e relacionamento com órgãos de controle (TCU, CGU, Poder Judiciário e Ministério Público); e. Análise e instrução de processos administrativos complexos; f. Elaboração e revisão de notas técnicas, relatórios e minutas decisórias; g. Gestão e acompanhamento de demandas críticas e prazos processuais; h. Consolidação e análise de informações operacionais e regulatórias; i. Estruturação, padronização e melhoria de fluxos de trabalho; j. Gestão da informação e processos documentais; k. Apoio à elaboração de relatórios institucionais; l. Planejamento e acompanhamento de projetos técnicos; m. Sistemas corporativos de gestão e monitoramento (ex.: SIGMA, SISHAB); n. Sistemas eletrônicos de tramitação processual; o. Análise de dados em Excel intermediário e ferramentas de apoio à gestão; p. Segurança jurídica na tomada de decisão administrativa; q. Normativos relacionados ao Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência; e r. Elaboração de subsídios técnicos para defesa institucional.
	<ul style="list-style-type: none"> a. Elevada capacidade analítica e crítica para avaliação de processos complexos; b. Habilidade avançada na elaboração e revisão de documentos técnicos e decisórios; c. Capacidade de consolidar informações e produzir subsídios estratégicos para tomada de decisão; d. Visão sistêmica e estratégica do setor regulado; e. Capacidade de liderar tecnicamente equipes e orientar analistas; f. Aptidão para coordenar demandas críticas, especialmente sob pressão e prazos exíguos; g. Capacidade de identificar riscos e garantir a consistência técnica e jurídica dos processos; h. Habilidade para propor e implementar melhorias em processos e sistemas;

Habilidades e Atitudes Esperadas	<ul style="list-style-type: none"> i. Capacidade de atuar na resolução de problemas complexos e situações sensíveis; j. Aptidão para integração de informações provenientes de múltiplas fontes; k. Comunicação clara, assertiva e com elevado nível técnico; l. Capacidade de interlocução com alta gestão, equipes técnicas e atores externos; m. Habilidade de liderança técnica e influência; n. Capacidade de mediação de conflitos e alinhamento de entendimentos técnicos; o. Postura colaborativa e orientada ao desenvolvimento da equipe; p. Habilidade para condução de reuniões, treinamentos e apresentações institucionais; q. Facilidade para traduzir temas complexos em linguagem acessível quando necessário; r. Elevado senso de responsabilidade e comprometimento com resultados institucionais; s. Proatividade e iniciativa na resolução de problemas complexos; t. Rigor técnico e zelo pela qualidade das entregas; u. Discernimento e bom senso na tomada de decisões críticas; v. Resiliência e equilíbrio emocional em contextos de alta pressão; w. Ética, integridade e confiabilidade no tratamento de informações sensíveis; x. Foco em melhoria contínua, inovação e eficiência operacional; y. Capacidade de adaptação a mudanças e demandas emergenciais; e z. Compromisso com o desenvolvimento contínuo próprio e da equipe.
	<ul style="list-style-type: none"> a. Elaborar Notas Técnicas e Relatórios de Análise Técnica para instruir processos administrativos, inclusive em cumprimento a decisões judiciais como Mandados de Segurança; b. Revisar Notas Técnicas, Relatórios de Análise e minutas de decisão elaborados pela equipe técnica, garantindo a qualidade técnica e a fundamentação legal antes do envio para instâncias superiores; c. Coordenar a instrução de processos críticos, especialmente os que envolvem Mandados de Segurança e decisões judiciais de alta sensibilidade, assegurando o cumprimento de prazos e a precisão dos subsídios; d. Liderar projetos de melhoria contínua, como a automação de rotinas de extração de dados e o

Atividades

- aprimoramento da parametrização do sistema de gerenciamento e monitoramento de autorizações - SIGMA, visando ganho de eficiência operacional;
- e. Organizar e ministrar treinamentos internos para a equipe e alinhar metodologias de trabalho;
- f. Atuar como consultor para gestores e demais analistas em temas de alta complexidade no setor de transporte rodoviário de passageiros;
- g. Analisar e prestar esclarecimentos sobre informações do sistema de gerenciamento de autorizações de mercados rodoviários de passageiros às transportadoras;
- h. Facilitar a comunicação técnica entre as unidades da Administração, resolvendo conflitos de informações e padronizando procedimentos;
- i. Prestar auxílio no planejamento, coordenação, inclusive de equipes, execução e acompanhamento de demandas, de projetos especiais e assistência técnica na área administrativa;
- j. Apoiar na análise e acompanhamento dos indicadores da Supas;
- k. Fornecer suporte técnico para consolidação e atualização das informações relativas às outorgas do serviço de transporte rodoviário de passageiros;
- l. Elaborar o rol de documentos de instrução à Diretoria das análises técnicas referentes a autorização, revogação de outorga de mercados, dentre outros assuntos operacionais;
- m. Analisar processos complexos sob a ótica das resoluções da ANTT e legislações vigentes, garantindo segurança jurídica aos atos;
- n. Apoiar na elaboração de Anuário Estatístico do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros - TRIIP e Relatório Circunstanciado do Tribunal de Contas da União - TCU, com levantamento das informações e dos dados estatísticos sobre o setor;
- o. Propor novas formas de fluxo de processo adaptando e melhorando a prática de atividades;
- p. Prestar suporte técnico ao processamento de dados e informações;
- q. Fornecer soluções em processos documentais;
- r. Articular com as gerências em demandas transversais no âmbito da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS;
- s. Apoiar subsidiariamente à SUPAS para prospecção de informações, elaboração e consolidação de respostas às demandas e nas respostas a questionamentos de ouvidoria, da diretoria, órgãos e controle externos e internos, do Poder Judiciário e Ministério Público;
- t. Apoiar na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas;

- u. Apoio técnico na realização de *workshops*, reuniões de cooperação com entes externos, Audiências Públicas e visitas técnicas;
- v. Realizar a triagem e o saneamento de processos antes do envio às áreas internas, garantindo que a instrução técnica esteja completa e coerente;
- w. Elaborar subsídios urgentes para cumprir liminares, garantindo que a Administração Pública responda tempestivamente ao Judiciário;
- x. Elaborar minutas de decisão, despachos e ofícios;
- y. Apoiar na distribuição de processos administrativos;
- z. Acompanhar providências, prazos e decisões no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, bem como prestar auxílio na realização das atribuições relativas ao setor de transporte de passageiros;
- aa. Analisar processos para o cumprimento de decisões judiciais, observando leis e normativos afetos à concessão do Passe Livre Interestadual para Pessoas com Deficiência;
- ab. Apoiar na atualização de manuais e procedimentos operacionais;
- ac. Fornecer suporte técnico na transferência de informações a todos os envolvidos no processo de revisão dos procedimentos internos;
- ad. Analisar e prestar esclarecimentos sobre informações do sistema de gerenciamento e monitoramento de autorizações - SIGMA, do sistema de habilitação - SISHAB, dentre outros;
- ae. Desempenhar suas atividades presencialmente na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; e
- af. Executar outros trabalhos correlatos e compatíveis com as demais atribuições do posto, conforme lhe sejam requeridos.

Para fins de comprovação da experiência exigida para os postos, não será exigida identidade de nomenclatura com o cargo previsto neste Estudo Técnico Preliminar ou no Termo de Referência, admitindo-se experiências sob denominações diversas, desde que demonstrada a compatibilidade substancial das atividades desempenhadas com funções exigidas.

Os benefícios trabalhistas vinculados aos cargos não podem ser inferiores aos estabelecidos em sentença normativa ou lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados.

Conforme o disposto na alínea “b”, do item 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

O depósito dos salários e todos os benefícios deverão ocorrer até 5º dia útil do mês posterior à execução do serviço, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

O atraso no pagamento dos salários, décimo terceiro e férias e demais benefícios, além de ensejar a aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato, poderá ensejar no pagamento de possíveis multas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados, em favor do empregado. Caso a empresa não realize o pagamento, o valor correspondente poderá ser retido dos créditos da empresa e pagos diretamente ao funcionário, obedecido em todo caso, o direito ao contraditório e ampla defesa.

O vale transporte deverá ser fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 7.418/1985 e art. 107 do Decreto nº 10.854/2021.

O vale refeição deverá ser fornecido antecipadamente ao início da prestação dos serviços, ou concedido no prazo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados.

A contratada deverá realizar o pagamento e/ou conceder os demais benefícios dentro dos prazos e condições estabelecidas na proposta e Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo utilizada como parâmetro da proposta.

4.3. Jornada de Trabalho, controle de frequência e substituição

Os funcionários alocados nos cargos deverão observar a jornada de trabalho semanal de 40 horas, com o devido intervalo para alimentação, conforme normas trabalhistas e Convenção Coletiva da Categoria à qual a Contratada ou profissionais estejam vinculados, em jornadas diárias de 08h de segunda à sexta-feira, perfazendo 40h semanais.

O controle do cumprimento da carga horária dos seus funcionários será de inteira responsabilidade da empresa Contratada.

A contratada deverá orientar os prestadores de serviços que em caso de falta, ausência no local de trabalho, atrasos ou licenças, deverá informar primeiramente à Contratada através de seu preposto, que se incumbirá de comunicar o fiscal setorial ou seu substituto.

A contratada deverá instruir seus empregados, que por ocasião de licença médica, o atestado original deverá ser entregue diretamente na empresa, devendo esta responsabilizar-se pela entrega da cópia para a Contratante juntamente aos documentos de medição.

Nos casos em que exista a conveniência e oportunidade da Administração de não ser realizada a cobertura do posto, no caso de ausência de colaborador, deverá ser realizada a glosa do posto descoberto na medição, sem que isto configure descumprimento do contrato. Da mesma forma, caso haja interesse do trabalhador na compensação de jornada, não haverá a glosa de descobertura e deverão ser seguidas as condições previstas no Termo de Referência, na Instrução Normativa SEGES /MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024 e demais emitidas pela SEGES/MGI.

4.4. Uniformes

Não haverá a necessidade de uso de uniformes.

4.5. Férias dos funcionários

A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato uma planilha de programação de férias a cada encerramento de período aquisitivo.

Em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, a contratada deverá assegurar aos colaboradores a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

As férias devem ser comunicadas, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência aos funcionários, obedecendo o disposto pela Lei nº 7.414, de 9 de dezembro de 1985.

A cópia do recibo de participação, conforme art. 135 da citada lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato nos documentos de medição e faturamento.

4.6. Preposto

A Contratada deverá, durante todo período de vigência do Contrato, manter um preposto com fins de representá-la administrativamente sempre que necessário e gerenciar operacionalmente os empregados, devendo ser indicado mediante declaração, na qual deverão constar todos os seus dados necessários tais como nome completo, números de identidade e CPF, endereço e telefone residencial e celular, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional, entre outros.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

O preposto deverá ter escolaridade compatível com a função, demonstrar liderança, responsabilidade, iniciativa, discernimento, organização, flexibilidade, fluência verbal e escrita.

A Contratada não necessitará manter o preposto da empresa no local de execução do objeto, no entanto, faz-se necessário o seu comparecimento ao local de prestação dos serviços ou sempre que requisitado pela gestão ou fiscalização do contrato.

A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente qualquer solicitação da Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações deste inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, e devendo ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas na execução dos serviços contratados.

4.7. Mecanismos de controle interno para riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas

Em cumprimento ao §2º do art. 18 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, opta-se pela utilização da Conta Depósito Vinculada bloqueada para movimentação nas contratações de serviços com dedicação exclusiva do mão de obra com o objetivo de mitigar a responsabilização da Administração Pública, garantindo os recursos necessários para o cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas, em caso de inadimplemento da contratada durante a execução contrato, bem como na extinção ou rescisão do contrato administrativo.

Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias em razão dos termos do Acordo de Cooperação firmado pela ANTT com a instituição financeira do Banco do Brasil.

Além da adoção da Conta Vinculada, serão adotados os seguintes controles para mitigação dos riscos trabalhistas:

- a. o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;
- b. no momento da assinatura do Contrato, a contratada deverá autorizar a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017;

- c. no momento da assinatura do contrato, a contratada deverá autorizar a contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos em até 15 (quinze) dias dos prazos legais;
- d. a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- e. a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;
- f. quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela própria Administração, os valores serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;
- g. somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, em conformidade com o Acórdão TCU nº 1207/2024-Plenário e Decreto nº 12.174 /2024;
- h. a contratada deverá cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- i. com a finalidade da erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, a contratada não poderá:
 - submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
 - utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente; e
 - submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e a realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- j. a contratada e a ANTT deverão recepcionar e tratar as denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

4.8. Subcontratação

Dada a natureza essencial dos serviços e a necessidade de padronização e qualidade consistente, a subcontratação não será permitida, sendo necessário que a contratada assuma a execução integral das atividades, garantindo atendimento pleno aos requisitos de qualidade e conformidade regulamentar.

4.9. Garantia de execução

Será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato conforme motivos expostos abaixo.

A exigência de uma garantia contratual no valor de 5% do contrato para a prestação de serviços de mão de obra especializada para a ANTT em Brasília se fundamenta no art. 98 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017. Esta garantia visa mitigar riscos inerentes à execução do contrato, proteger os interesses da Administração e garantir a qualidade da prestação dos serviços essenciais.

4.10. Vistoria

Não haverá necessidade de realização de avaliação prévia do local da execução dos serviços pela natureza dos serviços contratados e pelas características do objeto, considerando que as informações relevantes para a execução das atividades podem ser adequadamente detalhadas no termo de referência e no edital, dispensando a necessidade de inspeção presencial.

4.11. Requisitos de Habilitação Jurídica

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos básicos de habilitação jurídica previstos na Minuta Padrão do Termo de Referência da AGU.

Em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, apresentamos abaixo as justificativas quanto à restrição de participação de interessados:

a) **Consórcios:** será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, de até 3 (três) empresas, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que é o caso desta contratação. Do mesmo modo, o entendimento do TCU (Acórdão nº 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1) é de que as licitações que permitem a participação de empresas reunidas em consórcio são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou alta complexidade técnica.

b) **Cooperativas:** Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que, no objeto ora licitado, não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados.

A execução compartilhada ou em rodízio ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos das obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade. Outrossim, tal vedação vai de encontro ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, aplicável também às licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021 conforme entendimento do PARECER nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU.

No referido termo, consta que a União abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados.

O entendimento é corroborado pela Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (PF-ANTT), conforme disposto no item 122 do Parecer Referencial nº 00001/2024/PF-ANTT /PGF/AGU.

c) **OSCIP e instituições sem fins lucrativos:** Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017).

d) **Pessoas físicas:** Em atendimento ao art. 4º, parágrafo único da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 2021, justifica-se a impossibilidade de participação de pessoa física na licitação uma vez que esta contratação necessita que o licitante tenha estrutura mínima, com equipamentos, instalações e

equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, sendo incompatível com a natureza profissional da pessoa física.

e) **Microempreendedor Individual - MEI:** Justifica-se a impossibilidade de participação de Microempreendedor Individual - MEI tendo em vista que esta contratação trata-se de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, sendo vedada a execução de tais atividades por tais empresas, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

f) **Usufruto do regime de tributação do Simples Nacional:** Na presente licitação, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Via de regra, uma vez que o contrato preveja o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e o objeto não se enquadre nas exceções previstas na LC nº 123/2006 e normas regulamentadoras, as licitantes optantes do simples nacional não podem usufruir dos benefícios tributários em sua planilha de custos, e, em vencendo a licitação, devem comunicar a sua exclusão obrigatória à Receita Federal a partir do mês subsequente à assinatura do contrato, conforme previsto no inciso II, art. 31 da LC nº 123/2006.

Tal entendimento é pacificado pelo TCU em diversos julgados, como, por exemplo, os Acórdãos 797 /2011-TCU Plenário, 2798/2010-TCU-Plenário, 4023/2020-TCU-Segunda Câmara e 1570/2022-TCU-Plenário.

4.12. Requisitos de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os requisitos básicos previstos no Termo de Referência.

4.13. Requisitos de Qualificação Econômico-financeira

Para fins de Qualificação Econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os requisitos básicos previstos no Termo de Referência.

4.14. Requisitos de Qualificação Técnico-Operacional

Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de que tenha executado serviços por período não inferior a 03 (três) anos (art. 67, §5º, da Lei 14.133/21; Anexo VII-A, item 10.6 e item 10.7, IN Seges nº 5/2017).

Para fins da comprovação de que trata este tópico, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as características mínimas que serão descritas no Termo de Referência.

A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

Os serviços de mão de obra especializada, objetos da presente contratação, consistem em serviços de natureza continuada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, c/c com a Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela ANTT, e consequentemente, comprometer o alcance das metas institucionais. Trata-se, portanto, de atividade que deve ser prestada de maneira contínua, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação.

A planilha de custos e formação de preços utilizada na composição dos custos da contratação será a constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.

Os demais requisitos estarão descritos no Edital e seus anexos.

4.15. Prazo de vigência inicial da contratação

Quanto ao prazo de vigência da contratação ser de 12 (doze) meses, com a possibilidade de ser prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, contribui para que a contratação em questão seja considerada mais atrativa para o mercado.

Essa possibilidade de prorrogação está em conformidade com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133 /2021), que, em seus artigos 106 e 107, estabelece que a Administração Pública poderá estabelecer prazos contratuais mais longos para serviços contínuos, com o intuito de garantir a continuidade da execução de serviços essenciais e a obtenção de condições mais vantajosas, tanto em termos financeiros quanto operacionais:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital

e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

A prorrogação do contrato até o limite de 10 (dez) anos visa garantir a continuidade do serviço de forma estável, sem interrupções que possam comprometer a eficiência ou a qualidade dos serviços prestados, respeitando os limites legais e atendendo ao interesse público.

Portanto, a definição de um prazo contratual de 12 (doze) meses, prorrogável até 10 (dez) anos, está em conformidade com a legislação vigente, assegurando uma contratação mais vantajosa e eficiente para a Administração.

4.16. Regime de Execução

O regime de execução será o da empreitada pelo preço unitário.

Esse tipo de regime de execução oferece uma melhor flexibilidade e controle por parte da fiscalização, uma vez que o pagamento é feito com base nas medições dos serviços efetivamente realizados.

Além disso, preza pelos princípios de eficiência e transparência, pois facilita a fiscalização e auditoria, já que o pagamento está diretamente ligado às medições, o que aumenta a transparência e reduz a possibilidade de fraudes.

4.17. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, a Contratada deverá adotar os critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponível no site da AGU. Dentre essas práticas, destacam-se:

- a) Implementar práticas de redução do consumo de papel, utilizando o padrão frente e verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral da União, disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont;
- b) Orientar seus empregados, de forma constante, para a redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;
- c) Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, utilizadas por seus empregados nas dependências da Contratante, conforme disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, relativas aos resíduos sólidos;
- e) Orientar seus empregados para a correta destinação dos resíduos recicláveis, utilizando os coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Contratante.

Para tanto, a equipe responsável pela prestação do serviço deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulam a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, considerando que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção dos direitos humanos.

Importante ressaltar também, que para a presente contratação, por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, são aplicáveis também requisitos de sustentabilidade social, com a adoção de práticas de gestão que assegurem aos profissionais alocadas direitos legalmente previstos, bem como obrigações para com a contratante. Dentre as práticas a serem adotadas pela CONTRATADA, destacam-se:

- a) Proibição de atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, idade ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa;
- b) Conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços; e
- c) a contratada deverá cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado, realizado conforme consta na tabela de custo e formação de preço em anexo, demonstrou a existência de fornecedores aptos à prestação dos serviços pretendidos, o que indica cenário competitivo para a licitação, favorece a disputa de preços e contribui para a obtenção de proposta vantajosa para a Administração Pública.

Com base nesses elementos e no modelo atualmente utilizado no Contrato nº 049/2021, entende-se que a contratação de empresa especializada, com dedicação exclusiva de mão de obra, é a solução que melhor atende às necessidades da ANTT e da SUPAS.

A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O art. 5º da referida norma admite a utilização de parâmetros de pesquisa empregados de forma combinada ou não, incluindo contratações similares feitas pela Administração Pública, dados de pesquisa publicada em mídia especializada, tabelas de referência, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e pesquisa direta com fornecedores.

Nesse contexto, a metodologia adotada para formação dos salários-base dos postos buscou combinar fontes distintas e tecnicamente pertinentes, de modo a conferir maior robustez, rastreabilidade e aderência de mercado à estimativa de preços, especialmente em razão da natureza especializada dos profissionais a serem alocados na contratação.

Para esse propósito, foram conduzidas consultas de pesquisa de mercado com 47 (quarenta e sete) empresas, mediante envio de ofícios no âmbito do Processo SEI nº 50500.017588/2026-15, com o objetivo central de coletar dados sobre a média salarial praticada no setor para a contratação de equipe técnica especializada e multidisciplinar.

Em resposta, 5 (cinco) empresas apresentaram propostas. Após análise, verificou-se que a proposta apresentada pela empresa Houer Consultoria Ltda. indicava valores substancialmente superiores aos demais, sugerindo que os valores informados correspondiam aos custos dos postos de trabalho, e não aos salários-base dos profissionais. Por essa razão, a proposta foi desconsiderada para fins de apuração da média salarial.

A pesquisa de preços foi complementada com a Tabela de Consultoria do DNIT de janeiro de 2026, conforme documento anexo, e com contratos atualmente em execução no âmbito da ANTT, notadamente os decorrentes do Pregão nº 90009/2025 — ANTT/Sede, relativo a apoio administrativo, e dos Pregões nº 013/2023 — SUROD e nº 90006/2024 — GEENG, relativos à contratação de mão de obra especializada, conforme documentos anexos.

Ressalta-se que os códigos selecionados da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (2026), cuja consulta pode ser feita no link: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf>, não correspondem, em todos os casos, de forma estrita aos cargos previstos na licitação, tendo sido adotados aqueles que mais se aproximam das atribuições e requisitos das funções descritas.

No caso concreto, a combinação de parâmetros mostrou-se necessária porque os postos previstos na contratação possuem perfis distintos de formação, senioridade, experiência e complexidade técnica. A utilização isolada de uma única fonte poderia distorcer a estimativa dos salários-base, seja por subestimar a remuneração necessária à atração de profissionais qualificados, seja por afastar a estimativa da realidade de contratações públicas

comparáveis. Por isso, a metodologia adotada buscou conferir maior robustez, aderência ao mercado e rastreabilidade à definição dos valores dos postos.

A análise das referências demonstrou assimetria entre os valores praticados no mercado privado e aqueles observados no âmbito da Administração Pública, sendo os pregões públicos referência relevante para aferição do comportamento esperado em contratações administrativas. Ainda assim, considerando a natureza especializada dos postos e a necessidade de evitar distorções decorrentes da utilização isolada de uma única fonte, optou-se pela composição combinada dos parâmetros disponíveis, em linha com a IN SEGES/ME nº 65/2021.

Assim, visando proporcionar a adequação dos salários à prática do mercado, em atendimento à legislação vigente, definiu-se para a nova contratação que os valores dos salários-base dos postos de Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia e Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia observarão a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional correspondente, por se tratar de referência específica e aderente à natureza desses postos.

Para o posto de Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia, foi utilizado o piso salarial com reajuste aplicado da CCT adotada como parâmetro, conforme documento anexo. Para o posto de Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia, o valor foi obtido a partir da proporcionalidade entre os cargos de engenheiro projetista júnior e pleno previstos na Tabela de Consultoria do DNIT de janeiro de 2026, aplicada sobre o piso mínimo do engenheiro júnior devidamente reajustado conforme definido na CCT utilizada como referência.

Os demais postos terão os salários-base definidos pelo valor médio calculado pela pesquisa de mercado, composta por pesquisa direta com empresas, Tabela DNIT atualizada e contratos recentes no âmbito da ANTT de apoio administrativo e de mão de obra especializada, notadamente o Pregão nº 90009/2025 — ANTT/Sede, o Pregão nº 013/2023 — SUOD e o Pregão nº 90006/2024 — GEENG.

Os valores salariais fixados consideram, além da formação acadêmica exigida, o tempo mínimo de experiência profissional, a especialização técnica requerida, o grau de responsabilidade funcional, a senioridade e a complexidade das atividades descritas neste Estudo Técnico Preliminar.

Para o cargo de Coordenador Geral, verificou-se que o valor médio apurado foi de R\$ 20.895,78, enquanto o valor constante na Tabela DNIT de janeiro de 2026 corresponde a R\$ 19.804,31, representando diferença aproximada de 5,51%. Tal variação é considerada compatível e razoável diante das especificidades das atribuições exigidas para o posto, especialmente em razão da complexidade técnica e gerencial envolvida na coordenação contratual, supervisão de equipes multidisciplinares e condução de atividades relacionadas à regulação e operação de transportes.

Para o cargo de Analista Técnico Sênior — Bacharel em Direito, verificou-se que o valor médio apurado foi de R\$ 13.105,51, enquanto o valor constante na Tabela DNIT de janeiro de 2026 corresponde a R\$ 11.925,76, representando diferença aproximada de 9,89%. Tal variação é considerada compatível com as atribuições previstas para o posto, especialmente em razão da necessidade de profissional com formação superior, experiência mínima comprovada de 10 (dez) anos em atividades de nível superior e atuação em atividades relacionadas, preferencialmente, à regulação ou operação de transportes de passageiros.

Para o cargo de Analista Técnico Pleno — Contador/Economista/Estatístico, verificou-se que o valor médio apurado foi de R\$ 10.000,00, enquanto o valor constante na Tabela DNIT de janeiro de 2026 corresponde a R\$ 6.300,46, representando diferença aproximada de 58,72%. A diferença é justificada pela especialização exigida para o posto, que demanda formação específica em áreas diretamente relacionadas à análise econômico-financeira, estatística, contábil, tarifária e de mercado, atividades essenciais ao suporte técnico das competências da SUPAS.

Para o cargo de Analista Técnico Pleno — Qualquer Nível Superior, verificou-se que o valor médio apurado foi de R\$ 8.078,96. A utilização desse valor decorre da média da pesquisa de mercado, composta por pesquisa direta com fornecedores, contratos recentes de mão de obra especializada da ANTT e Tabela DNIT, considerando a

necessidade de profissional com formação superior, experiência mínima e capacidade de apoio em atividades técnicas de média complexidade.

Para o cargo de Analista Técnico Sênior — Qualquer Nível Superior, verificou-se que o valor médio apurado foi de R\$ 11.169,33, enquanto o valor constante no Pregão nº 90009/2025 — ANTT/Sede, em posto similar, corresponde a R\$ 10.637,96, e o valor constante na Tabela DNIT de janeiro de 2026 corresponde a R\$ 8.887,10. A variação observada é considerada razoável e compatível com as exigências técnicas do posto, especialmente diante da necessidade de profissional com experiência comprovada mínima de 10 (dez) anos em atividades de nível superior e experiência específica mínima de 2 (dois) anos em atividades correlatas, preferencialmente relacionadas ao transporte de passageiros, regulação ou setores assemelhados.

Os valores de salários do Contrato vigente nº 049/2021 dos demais postos, exceto o do posto de Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia, são inferiores em razão da ausência de repactuação integral dos valores desde o início da execução contratual, o que reduz sua aderência como parâmetro isolado para a nova contratação.

O auxílio-alimentação foi definido com base na CCT utilizada como parâmetro da proposta, enquanto que os valores de deslocamento aéreo e diária foram obtidos a partir do Contrato nº 011/2025. O auxílio-creche foi estimado conforme a IN SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026, considerando a aplicação dos valores de referência de lucro, custos indiretos e tributos.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para as funções de Coordenador Geral, Analista Técnico Sênior — Bacharel em Direito, Analista Técnico Sênior — Qualquer Nível Superior, Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia, Analista Técnico Pleno — Contador/Estatístico /Economista, Analista Técnico Pleno — Qualquer Nível Superior e Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia, destinados a atuar como força de trabalho auxiliar, com o objetivo de subsidiar o desempenho das atividades inerentes às competências institucionais da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros — SUPAS e de suas Gerências, em caráter complementar e não substitutivo aos servidores públicos, na Sede da ANTT, localizada em Brasília/DF.

O modelo proposto foi estruturado de forma a promover ganhos institucionais relevantes, dentre os quais se destacam: o aumento da eficiência na gestão e na fiscalização, a otimização e racionalização da força de trabalho, a qualificação técnica da equipe, a promoção da transferência de conhecimento aos servidores da ANTT, a melhoria na utilização dos recursos públicos e a padronização e equalização das análises técnicas realizadas pela Agência, especialmente em projetos voltados ao setor regulado.

O objeto da contratação enquadra-se como serviço comum de apoio técnico especializado, nos termos da legislação vigente, sendo passível de especificação objetiva e execução padronizada.

Quanto ao regime de execução, adota-se a empreitada por preço unitário, por se tratar de modelo que permite maior flexibilidade na gestão contratual, especialmente diante de possíveis variações quantitativas ao longo da execução, conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à vigência, o contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período até o limite de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, aplicável às contratações de serviços contínuos. O Termo de Referência também prevê vigência inicial de 12 meses, prorrogável por até 10 anos.

Os quantitativos de postos foram revisados e harmonizados com o Documento de Formalização da Demanda e com o Termo de Referência, de modo a assegurar a convergência entre os artefatos da contratação.

A solução prevê a contratação dos seguintes postos:

- a) 1 Coordenador Geral;
- b) 2 Analistas Técnicos Sênior — Bacharel em Direito;
- c) 1 Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia;
- d) 1 Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia;
- e) 2 Analistas Técnicos Pleno — Contador/Estatístico/Economista;
- f) 3 Analistas Técnicos Pleno — Qualquer Nível Superior;
- g) 4 Analistas Técnicos Sênior — Qualquer Nível Superior.

Além dos postos acima, foram previstas despesas eventuais relacionadas a deslocamento aéreo, diárias e auxílio-creche, conforme parâmetros constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços.

A contratação será realizada em lote único, de modo a assegurar a integridade técnica, operacional e econômica do objeto, evitando a fragmentação da execução, o que poderia comprometer a padronização dos serviços, a eficiência da gestão contratual e a responsabilidade pela entrega dos resultados.

A divisão da contratação em múltiplos lotes poderia gerar dificuldades de coordenação, sobreposição de responsabilidades, fragmentação de fluxos de trabalho, perda de padronização metodológica e aumento dos custos de gestão e fiscalização contratual. Considerando que os postos atuarão de forma integrada no apoio às atividades da SUPAS, a contratação em lote único mostra-se mais adequada à natureza do objeto e à necessidade de gestão coordenada das entregas.

Demais detalhes estão descritos no Item 4, descrição dos requisitos da contratação e no Termo de Referência.

EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA

A qualificação técnica e econômica dos licitantes é um requisito fundamental da contratação. As qualificações exigidas pela Administração Pública são essenciais para que o licitante possa demonstrar de forma inequívoca que possui as condições necessárias para cumprir o acordo estabelecido.

É através dessa comprovação que se verificam as condições dos licitantes para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato, objeto desta contratação, sendo estas medidas com base na análise da capacidade técnica e econômica. Para tanto, participarão somente do certame empresa que participara anteriormente de contrato cujo objeto seja similar ao previsto neste edital e que atendam às condições estabelecidas neste instrumento, e possuem garantias de que realmente é suficiente e necessário para executar o objeto do contrato em questão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos foram definidos a partir da análise da necessidade administrativa da SUPAS, do volume de demandas em tramitação, da complexidade das atividades a serem apoiadas, da estrutura

organizacional da Superintendência, das competências regimentais de suas unidades e da necessidade de continuidade dos serviços atualmente apoiados por contrato em fase de encerramento.

A definição dos postos considerou a necessidade de composição de equipe multidisciplinar, com perfis técnicos distintos e complementares, apta a apoiar atividades relacionadas à regulação, outorga, monitoramento, fiscalização, gestão de dados, análise jurídica, análise econômico-financeira, estudos técnicos, acompanhamento de sistemas, organização de informações e suporte à tomada de decisão.

A equipe estimada para a execução do objeto é composta por:

QUANTIDADE DE POSTOS PREVISTOS	
Descrição	Quantidade
Coordenador Geral	1
Analista técnico sênior (bacharel em direito)	2
Analista técnico júnior — qualquer engenharia	1
Analista técnico pleno — qualquer engenharia	1
Analista técnico pleno — contador/estatístico/economista	2
Analista técnico pleno — qualquer nível superior	3
Analista técnico Sênior (qualquer nível superior)	4

O Coordenador Geral será responsável pela coordenação técnica e operacional da equipe, interlocução com a fiscalização contratual, acompanhamento das entregas, distribuição das demandas e padronização dos produtos.

Os dois Analistas Técnicos Sênior — Bacharel em Direito serão destinados ao apoio em análises normativas, regulatórias, processuais, judiciais, legislativas e institucionais relacionadas às competências da SUPAS;

O Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia será destinado ao apoio técnico em atividades que demandem formação em engenharia, com atuação em estudos, análises, sistemas, processos e atividades técnicas correlatas;

O Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia será destinado ao apoio técnico de maior complexidade em atividades que demandem formação em engenharia, inclusive em estudos, projetos, modelagens, análises técnicas e acompanhamento de demandas regulatórias e operacionais;

Os dois Analistas Técnicos Pleno — Contador/Estatístico/Economista serão destinados ao apoio em análises econômico-financeiras, estatísticas, contábeis, tarifárias, estudos de mercado, indicadores, tratamento de dados e avaliação de informações relacionadas ao setor regulado;

Os três Analistas Técnicos Pleno — Qualquer Nível Superior serão destinados ao apoio em atividades técnicas de média complexidade, incluindo instrução processual, organização de informações, elaboração de subsídios técnicos, acompanhamento de demandas regulatórias e suporte às unidades da SUPAS;

Os quatro Analistas Técnicos Sênior — Qualquer Nível Superior serão destinados ao apoio em atividades técnicas de maior complexidade, incluindo análise de dados, elaboração de estudos, acompanhamento de projetos, suporte à gestão de informações, apoio à fiscalização, instrução de processos estratégicos e produção de subsídios à tomada de decisão.

Além desses postos, foram previstas despesas eventuais para deslocamento aéreo, diárias e auxílio-creche, conforme estimativas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços e síntese abaixo:

QUANTIDADES DESLOCAMENTOS, DIÁRIAS E AUXÍLIO-CRECHE	
Auxílio-creche	3/mês
Deslocamento Aéreo	2/mês
Diárias	4/mês

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.267.213,10

Foi apurado que o valor estimado e máximo da contratação para 12 (doze) meses é de R\$ 4.267.213,10 (quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil duzentos e treze reais e dez centavos), tendo os valores definidos no quadro-resumo abaixo:

Descrição	Quantidade	Valor mensal unitário	Valor mensal total	Valor total 12 meses
Coordenador Geral	1	R\$ 43.448,76	R\$ 43.448,76	R\$ 521.385,12
Analista Técnico Sênior — Bacharel em Direito	2	R\$ 27.789,61	R\$ 55.579,22	R\$ 666.950,64
Analista Técnico Júnior — Qualquer Engenharia	1	R\$ 25.163,08	R\$ 25.163,08	R\$ 301.956,96
Analista Técnico Pleno — Qualquer Engenharia	1	R\$ 29.766,88	R\$ 29.766,88	R\$ 357.202,56
Analista Técnico Pleno — Contador /Estatístico/Economista	2	R\$ 21.547,27	R\$ 43.094,54	R\$ 517.134,48
Analista Técnico Pleno — Qualquer Nível Superior	3	R\$ 17.685,80	R\$ 53.057,40	R\$ 636.688,80
Analista Técnico Sênior — Qualquer Nível Superior	4	R\$ 23.897,73	R\$ 95.590,92	R\$ 1.147.091,04
Auxílio-creche	3/mês	R\$ 611,62	R\$ 1.834,85	R\$ 22.018,22
Deslocamento aéreo	2/mês	R\$ 3.221,94	R\$ 6.443,88	R\$ 77.326,56
Diárias	4/mês	R\$ 405,39	R\$ 1.621,56	R\$ 19.458,72

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

Dessa forma, ao se licitar por grupo único, cabe ao administrador analisar por meio dos setores técnicos acerca da viabilidade técnica e econômica de dividir-se o objeto licitatório, pois segundo Justen Filho, *"a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento"*.

Esclarece-nos Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, informando que *"a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, colocando em risco a satisfação do interesse público em questão"*.

Por se tratar de uma solução de serviços integrados, é fundamental para a garantia da qualidade do serviço, que seja executado por um mesmo fornecedor, visando otimizar custos e reduzir o tempo de atendimento. A adjudicação do objeto desta contratação a empresas distintas, além de aumentar seu custo administrativo, abre margem para que as empresas deixem de prestar o serviço contratado.

Há ainda que se considerar a interdisciplinaridade entre as gerências para consecução das atividades desenvolvidas pela SUPAS, devido ao caráter multifacetado dos estudos, projetos e assuntos demandantes desta, acarretando na necessidade de uma equipe integrada, imbricada e intercambiável. Dada à assincronia das atividades inerentes a cada Gerência, é de grande valia a facilidade de translação da força de trabalho entre as demandas. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.

Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicaria em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como contratação correlata, destaca-se o atual contrato nº 049/2021, processo SEI nº 50500.089098 /2021-14 de mesmo objeto, que será substituído diante da formalização da nova contratação proposta.

Entretanto, embora exista contrato vigente com o mesmo objeto, não será necessária a promoção da transição contratual pela contratada, com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em razão das características dos serviços a serem executados.

Cumpramos ressaltar que não se configuram contratações interdependentes em relação a esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Deliberação ANTT nº 163, de 19 de maio de 2025, estão previstos no Planejamento Anual de Contratações - PAC da ANTT de 2026 o valor estimado global para contratação de apoio técnico especializado às atividades da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS.

Anteriormente à fase em que se modulou o Planejamento da Contratação, formalização da demanda, materializada por meio do Documento de Formalização de Demanda- DFD (SEI nº 42997615), teve por finalidade estruturar e delimitar a necessidade administrativa que ensejou a presente contratação, estabelecendo seus contornos iniciais, a justificativa de interesse público, a prioridade e o alinhamento com o planejamento institucional.

A presente proposta considerou que se trata de serviço comum de apoio técnico especializado, visto que há amplo conhecimento do mercado.

Para o norteamiento da contratação será elaborado o Termo de Referência, onde constam as especificações, o regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, critérios de produtividade, dentre outras informações necessárias para a formulação da proposta.

Também serão realizados outros instrumentos tais como o mapeamento de riscos, planilha de custos e modelos de formulários necessários para a padronização das ações de controle da contratação.

A contratação proposta está balizada nas reais necessidades, bem como o modelo de contratação ora proposto, foi idealizado considerando a qualificação da execução contratual, otimização da equipe alocada, melhor forma de fiscalização e gestão, utilização criteriosa dos recursos públicos e evolução tecnológica.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta tem por finalidade promover o fortalecimento da capacidade operacional da SUPAS, assegurando maior eficiência, qualidade e tempestividade na execução de suas atribuições institucionais. Nesse contexto, destacam-se os seguintes benefícios a serem alcançados:

- Aumento da capacidade de análise técnica, permitindo maior celeridade no tratamento de processos de delegação de serviços, habilitação, fiscalização e gestão dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- Redução de passivos e de prazos de tramitação processual, contribuindo para maior previsibilidade e segurança jurídica nas decisões administrativas;
- Aprimoramento da qualidade regulatória, com suporte técnico qualificado para revisão normativa, implementação dos novos marcos regulatórios do TRIP e análise de demandas decorrentes da abertura de mercados;
- Fortalecimento das atividades de monitoramento e fiscalização, com base em dados estruturados e indicadores de desempenho, incluindo a consolidação de instrumentos como o Indicador de Qualidade do Transporte (IQT) no âmbito do transporte rodoviário e semiurbano;
- Melhoria na gestão da informação, com evolução das bases de dados, automação de processos e maior confiabilidade das informações técnicas, estatísticas e gerenciais utilizadas pela SUPAS;
- Otimização da força de trabalho interna, permitindo que os servidores concentrem sua atuação em atividades estratégicas e decisórias, em conformidade com o Decreto nº 9.507/2018;
- Transferência e internalização de conhecimento, promovendo o desenvolvimento técnico da equipe da ANTT por meio da interação contínua com profissionais especializados;
- Maior eficiência na utilização dos recursos públicos, com ganhos de produtividade, padronização de procedimentos e melhor alocação dos esforços institucionais;

- Aprimoramento da prestação do serviço público, com impactos diretos na qualidade, regularidade e segurança dos serviços de transporte rodoviário de passageiros, beneficiando os usuários e o setor regulado.

Dessa forma, a contratação contribui de maneira estruturante para o alcance dos objetivos institucionais da SUPAS, reforçando a capacidade da Agência de regular, supervisionar e aprimorar o setor de transporte rodoviário de passageiros.

13. Providências a serem Adotadas

Para a adequada execução da contratação, foram identificadas as seguintes providências:

- I. Disponibilização de instalações físicas adequadas para acomodação dos profissionais alocados;
- II. Disponibilização de equipamentos de informática e meios de comunicação necessários ao desempenho das atividades.

Nesse contexto, foi realizado levantamento da infraestrutura atualmente disponível na SUPAS, abrangendo tanto os espaços físicos quanto os recursos tecnológicos existentes. Como resultado, identificou-se a necessidade de aquisição complementar de equipamentos de informática, a qual será objeto de processo administrativo específico, a ser conduzido de forma paralela à presente contratação, a fim de assegurar plena operacionalização dos serviços desde o início da execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços terceirizados para sede da ANTT em Brasília/DF pode gerar impactos ambientais indiretos, decorrentes das atividades cotidianas dos prestadores e do uso de recursos materiais e energéticos, tais como:

- Produção de resíduos comuns (papel, embalagens plásticas, copos descartáveis) durante a execução dos serviços.
- Potencial descarte inadequado de resíduos recicláveis ou não recicláveis.
 - Uso excessivo de energia elétrica e água durante o funcionamento das instalações e no desempenho das atividades diárias.
 - Consumo de materiais descartáveis, como papel, impactando diretamente o uso de recursos florestais.
 - Emissões indiretas relacionadas ao deslocamento dos trabalhadores e ao transporte de materiais ou insumos necessários às atividades.

Entretanto, a ANTT, a empresa, e os colaboradores deverão observar as boas práticas como medida de tratamento ou mitigação, como exemplo:

- Implementação de pontos de coleta seletiva em todas as unidades atendidas pela contratação, incentivando a separação e destinação adequada de resíduos recicláveis e não recicláveis.
- Incentivo ao uso de materiais reutilizáveis, como canecas e copos permanentes, em substituição a itens descartáveis.
- Adotar práticas de digitalização de documentos e incentivo à impressão consciente, utilizando preferencialmente papel reciclado ou com certificação ambiental.
- Campanhas internas para conscientização sobre o uso eficiente de equipamentos elétricos, como o desligamento de computadores e luzes em períodos de inatividade.

- Instalação de dispositivos economizadores, como torneiras com temporizadores ou arejadores, nas dependências da instituição.
- Incentivar os prestadores a utilizar transporte público ou formas alternativas, como bicicletas, para reduzir a pegada de carbono associada ao deslocamento.
- Planejamento racional do transporte de insumos, buscando minimizar viagens e emissões associadas.
- Inclusão de treinamentos sobre práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental, com foco na minimização de impactos ambientais durante o desempenho das atividades.
- O uso eficiente de energia, água e materiais pode gerar economia financeira para a Administração, promovendo a economicidade sem prejuízo à qualidade do serviço.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises e elementos apresentados no presente Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento da Contratação conclui pela viabilidade da contratação proposta, por se mostrar adequada, necessária e alinhada ao interesse público, bem como às diretrizes institucionais da Administração.

Como o objeto do presente estudo não se encaixa nas vedações do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, seu valor pode ser estimado, conforme os preceitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e por existirem diversas empresas do ramo de terceirização, que atuam no mercado da capital federal, declaramos ser viável a citada contratação.

A presente conclusão encontra respaldo no disposto no inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, que estabelece a necessidade de manifestação quanto à viabilidade da contratação ao término dos estudos técnicos preliminares.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 129 DE 12 DE fevereiro DE 2026

ANDERSON LOUSAN DO NASCIMENTO POUBEL

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 17:17:55.

Despacho: PORTARIA Nº 129 DE 12 DE fevereiro DE 2026

JULIANA ESTEVES LIMA DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 17:26:14.

Despacho: PORTARIA Nº 129 DE 12 DE fevereiro DE 2026

RENATO DE MIRANDA SANTOS

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 17:20:31.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Mercado-20260422T122804Z-3-001.zip (3.48 MB)
- Anexo II - Tabela de custo e formação de preço - versão final (1).zip (194.91 KB)
- Anexo III - Contratos Usados como parâmetro-20260527T200334Z-3-001.zip (7.89 MB)
- Anexo IV - dnit_apendice-a_relatorio-calculo-custos-mao-de-obra-ref-out-2025_fgv-195-2026.pdf (1.91 MB)
- Anexo V - CCT_Sinaenco_2025_2027.pdf (114.9 KB)